

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

MARIA RITA GARCIA DE MEDEIROS

**CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: a experiência
da feira agroecológica do município de Cuité/PB**

Cuité - PB

2019

MARIA RITA GARCIA DE MEDEIROS

**CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: a experiência da feira agroecológica
do município de Cuité/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof.^a Me. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos

Cuité - PB

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Rosana Amâncio Pereira – CRB 15 – 791

M488c Medeiros, Maria Rita Garcia de.

Circuito curto de comercialização: a experiência da feira agroecológica do Município de Cuité/PB. / Maria Rita Garcia de Medeiros. – Cuité: CES, 2019.

78 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2019.

Orientação: Ms. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos.

1. Agricultor. 2. Sustentável. 3. Alimentos orgânicos. I. Título.

Biblioteca do CES – UFCG

CDU 631.95

MARIA RITA GARCIA DE MEDEIROS

CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: a experiência da feira agroecológica do município de Cuité/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Coletiva.

Aprovado em 12 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos

Prof. Me. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos
Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora

Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso

Prof. Me. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso
Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora

Rônison Thomas de O. Silva

Bel. Rônison Thomas de Oliveira Silva
Examinador

Cuité - PB

2019

À Deus,
À minha família, principalmente a minha mãe Nícia,
À equipe da pesquisa, Ana Beatriz, Dayane e Natália
e aos agricultores familiares do Brasil,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me possibilitar vivências que me enriquecem como pessoa, por me fortalecer diante dos obstáculos, me amparar e reerguer quando estou cansada demais para seguir em frente.

Em segundo, agradeço ao meu pai, que sempre acreditou no meu potencial e orgulhava-se ao dizer que tinha uma filha universitária. Hoje ele não está mais presente fisicamente, mas tenho certeza que continua torcendo por mim ao lado de Deus. Agradeço, também, a minha mãe Nícia, uma verdadeira guerreira que sempre fez o que estivesse ao seu alcance para poder investir no meu crescimento pessoal e profissional e por me ensinar o que é o amor.

Sou imensamente grata a minha irmã Vanessa, minha avó Maria José, tias, tios e demais familiares que sempre me apoiaram nas minhas escolhas e por estarem presentes ao longo da vida, comemorando comigo os objetivos alcançados e, também, ajudando nos momentos mais frágeis e difíceis.

A Patrícia, Mirla, Amanda, Magda e Yanne por estarem sempre presentes ao longo da minha formação, dando apoio emocional e compartilhando, além da morada na CDA, energias positivas, sentimentos bons e momentos afáveis. Representam, para mim, uma família construída em Cuité e que reside também em meu coração.

Aos meus amigos, em especial Pablo, Ednalva, Adriano, Natan, Laise, Hugo Matheus, Ramanna, Sofia, Tatieli, Rafael, Carla, Emanuel, Yasmin, Israel e Frazão, que, apesar de hoje estarem geograficamente distantes, contribuíram para o meu bem estar físico e mental, através de conselhos, orações e momentos compartilhados, tornando a vida mais leve.

Ao vínculo que criei com Dayane e Natalícia a partir da pesquisa. São pessoas que estiveram comigo dividindo as angústias e as alegrias provenientes do esforço e trabalho. Nesse período, se tornaram, além de colegas, amigas nas quais posso confiar.

Ao Núcleo PENSO, especialmente ao Cine Cidadania e ao PET Nutrição, pelo acolhimento e por me ajudar a olhar para o outro com mais humanidade e empatia.

A minha orientadora querida Ana Beatriz, que não mediu esforços para ajudar e me incentivar a ser melhor. Esteve presente em todas as etapas da pesquisa e também como amiga, dando o seu melhor sempre.

A Vanille por ter acreditado no meu potencial, me encorajando a ter autoconfiança.

Por fim, aos agricultores familiares que participaram da pesquisa e a Universidade Federal de Campina Grande pela construção e elo do conhecimento popular e científico.

MEDEIROS, M. R. G. **CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO: a experiência da feira agroecológica do município de Cuité/PB**. 2019. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2019.

RESUMO

Um circuito curto de comercialização, sobretudo de venda direta, possibilita que o agricultor venda seus produtos diretamente para o consumidor. Para o incentivo e valorização da agricultura familiar, o mercado de orgânicos a partir das feiras agroecológicas torna-se uma opção viável por ter um grande potencial, prezar pela sustentabilidade e pelo resgate das aproximações dos atores envolvidos na comercialização, diminuindo as distâncias percorridas pelos produtos pela inexistência ou pouca participação de atravessadores. Este estudo tem o objetivo de descrever como transcorre o circuito curto de comercialização na feira agroecológica do município de Cuité/PB, assim como a procedência dos produtos que estão sendo comercializados e as potencialidades e dificuldades que o produtor pode lidar neste modelo de feira. Trata-se de um estudo transversal descritivo, no qual a população estudada foi agricultores (hortifrúteis) que participam/participaram da feira, com os quais foi realizada entrevista semiestruturada autorizada por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, foi investigada a história da feira a partir da entrevista com o coordenador desta. Com o desenvolvimento desta pesquisa, identificou-se que a feira surgiu a partir da necessidade dos agricultores familiares do município escoarem suas produções e acontece às sextas-feiras, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ademais, foi possível caracterizar o perfil dos agricultores e a produção agrícola, verificando a predominância entre os produtores de posse de terra, acesso à água mediante poços, mão de obra exclusiva da família, renda exclusiva da agricultura e autoconsumo. Quanto à produção, foram destacadas dificuldades como falta de acesso à água, recurso/crédito e assistência técnica, esta última pode justificar o uso de agrotóxicos por pequena parcela de agricultores e o não conhecimento acerca da origem das sementes utilizadas relatado pelos entrevistados. Como potencialidades do circuito curto através da feira, destacaram-se a melhoria de renda, a sociabilidade e construção de saberes entre os próprios agricultores e consumidores. Já os desafios da Feira foram a pouca valorização, a pouca divulgação, pouco apoio dos governantes e da universidade, as péssimas condições das estradas e a ausência de transportes adequados para deslocar os produtos. Os resultados obtidos permitem uma maior compreensão da realidade vivenciada pelos agricultores no processo de produção e comercialização, evidenciando a necessidade de prestação de assistência técnica para que estes sejam aprimorados, e de apoio para o fortalecimento da feira como um canal de comércio curto e sustentável.

Palavras-chaves: Agricultor. Sustentável. Alimentos Orgânicos.

ABSTRACT

A short sales cycle, especially direct sales, allows farmers to sell their products directly to the consumer. To encourage and value family farming, the organic market through agroecological fairs becomes a viable option once it has great potential, and because esteems sustainability and promotes reconnection of the parties involved in trading, then reducing distances covered by the products due to inexistence or lack of participation of middlemen. This study aims to describe how the short sales cycle takes place in the agroecological fair of the municipality of Cuité, state of Paraíba – Brazilian Northeastern, as well as to describe the origin of the products being marketed and the potentialities and difficulties the producer can face in the agroecological fair model. This is a cross-sectional descriptive study, in which the studied population was composed only by farmers (those who grows only fruit and vegetables) who participate or have participated in Cuité's fair, with which a semi-structured interview was carried out, authorized by means of an Informed Consent Form. In addition, the fair's history was investigated via an interview with the coordinator of this fair. With the development of this research, it was recognized that the fair emerged from the need of the family farmers to flow their productions. The fair happens on Fridays, in partnership with the Rural Workers Union. Further, it was possible to characterize the profile of the farmers and the agricultural production, verifying the predominance among landholder producers, access to water through wells, labor from family solely, exclusive income of agriculture and self-consumption. Regarding production, difficulties were highlighted such as lack of access to water, resources and technical assistance, where the latter may justify the use of pesticides by a few farmers and the lack of knowledge about the origin of the used seeds, reported by the interviewees. As potentialities of the short sales cycles through the fair, the improvement of the income, as well, the sociability and knowledge builded between farmers and consumers, are those which were more perceived. The challenges of the fair were the low appreciation and lack of support from local rulers and the university, the poor road conditions and the absence of adequate transport to move the products. The results obtained allows a greater understanding of the reality experienced by the farmers in the production and commercialization process, evidencing the need to provide technical assistance so that this process can be improved and the need to support and enhance the fair as a short and sustainable trade channel.

Keywords: Farmer. Sustainable. Organic Food.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Dados percentuais correspondentes aos agricultores familiares que utilizam defensivos agrícolas, Cuité, 2018.....	40
Figura 2 –	Formas de comercialização praticadas pelos agricultores da feira agroecológica de Cuité/PB, categorizadas conforme o grau de aproximação com o consumidor, 2018.....	46
Figura 3 –	Mapa do município de Cuité/PB apontando os endereços dos agricultores entrevistados, Cuité/PB, 2018.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Identificação dos agricultores que comercializam na feira agroecológica de Cuité-PB, 2018.....	30
Tabela 2 –	Formas de acesso à água entre proprietários e não proprietários de terra, Cuité-PB, 2018.....	33
Tabela 3 –	Alimentos produzidos e a quantidade/percentual de produtores, Cuité-PB, 2018.....	35
Tabela 4 –	Principais dificuldades para produzir apontadas pelos agricultores familiares, Cuité-PB, 2018.....	36
Tabela 5 –	Órgãos responsáveis pela prestação de assistência técnica aos agricultores familiares, Cuité-PB, 2018.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL.....	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1 AGRICULTOR COMO BASE E A SUA ASCENÇÃO.....	13
3.2 SISTEMA AGROECOLÓGICO: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	14
4 METODOLOGIA	24
4.1 TIPO DE ESTUDO	24
4.2 POPULAÇÃO DE ESTUDO.....	24
4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	25
4.4 COLETA DOS DADOS	25
4.5 ANÁLISE DOS DADOS	26
4.6 PRINCÍPIOS ÉTICOS	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5.1 HISTÓRIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA	27
5.2 FEIRA AGROECOLÓGICA: QUEM SÃO OS PRODUTORES E COMO SE ORGANIZAM?	29
5.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E ALIMENTOS PRODUZIDOS	31
5.4 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: PERCEPÇÕES SOBRE ALIMENTOS ORGÂNICOS, AGROTÓXICOS E SEMENTES TRANSGÊNICAS	39
5.5 PRODUÇÃO LOCAL DE ALIMENTOS E OS CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE	67
APÊNDICE A – Questionário elaborado para a entrevista com os agricultores da feira agroecológica.....	68
APÊNDICE B – Questionário elaborado para a entrevista com o Coordenador da feira agroecológica.....	77
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizado com os agricultores.....	77

1 INTRODUÇÃO

Na esfera de organizações e movimentos que articulam e trabalham com a agroecologia, as vias de comercialização convencionais são essencialmente evitadas visto que existe uma exigência de escala e burocracias. Então, tem sido discutido estratégias comerciais para oportunizar o acesso dos agricultores aos mercados, a fim de que estes sejam abastecidos na condição de haver a preservação dos princípios ecológicos. Os circuitos curtos de comercialização, de acordo com estudos, propiciam uma maior interação entre o agricultor e consumidor e, dessa forma, os princípios agroecológicos são favorecidos por alternativas que são proporcionadas frente a esse fácil contato entre tais atores (DAROLT; LAMINA; BRANDENBURG, 2013; KNEAFSEY et al., 2013; SEVILLA GUZMÁN et al., 2012).

Um incentivo para a valorização dos agricultores familiares pode se dá através do mercado de alimentos de base agroecológica e, neste caminho, diversos países apontam tendência de fomento à revalorização dos mercados locais, com suas especificidades e competências. Essas ações prezam o resgate da proximidade nas comercializações, nas quais os produtores e consumidores estão mais interligados, havendo um maior contato durante tal processo (CLAUSTRIAUX et al., 2010; DAROLT, 2012).

Para Guzzatti, Sampaio e Turnes (2014), pode-se designar o circuito curto como a venda de produtos agrícolas, que objetivam os produtores e consumidores terem relações mais diretas.

Uma alternativa viável para a venda direta dos produtos são as feiras agroecológicas, as quais contribuem construindo economia solidária, cooperativa e inclusiva, não havendo isolamento, competitividade e exclusão. Apesar de ainda se apresentarem de forma modesta quando comparadas às grandes produções das indústrias (SANTOS et al., 2013).

A cidade de Cuité, no interior da Paraíba, possui uma feira agroecológica que acontece às sextas feiras. Caracterizada como um modelo de circuito curto de comercialização que viabiliza venda direta, esta feira desperta alguns questionamentos, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): Como se dá a produção dos alimentos de base agroecológica? Como funciona a feira e a sua comercialização?

Quais as principais dificuldades e potencialidades desse modelo de feira em Cuité, com base nas percepções dos agricultores?

Os produtos vendidos na feira agroecológica de Cuité/PB são oriundos da agricultura familiar e, neste estudo, espera-se que a dinâmica de produção de tais produtos atenda os princípios agroecológicos e estejam inseridos, de fato, em um circuito curto de comercialização que favoreça o fortalecimento da autonomia dos agricultores quanto às questões sociais, econômicas e culturais.

À vista disso, o presente trabalho objetiva realizar uma caracterização da produção e descrição da comercialização dos produtores da feira agroecológica da cidade de Cuité/PB, sob a perspectiva da sustentabilidade e de modelos de canais curtos de comercialização.

Nesse sentido, torna-se relevante a aplicação da pesquisa para a compreensão das questões que permeiam a sistematização da produção e comercialização e reflexões quanto às estratégias para o fortalecimento da agricultura local e, conseqüentemente, a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional tendo em vista que a origem e qualidade dos alimentos produzidos, suas formas de distribuição, acesso e consumo são aspectos pertinentes para esta e para a soberania alimentar.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Descrever o circuito curto de comercialização da feira agroecológica do município de Cuité/PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Caracterizar a produção agrícola dos agricultores que integram a feira agroecológica do município de Cuité/PB;
- ✓ Descrever o modelo de circuito de comercialização de produtos da feira agroecológica;
- ✓ Identificar as potencialidades e dificuldades encontradas na feira pela perspectiva do agricultor.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 AGRICULTOR COMO BASE E A SUA ASCENÇÃO

As atividades agrícolas, em seu processo histórico, como explica Souza (2011), tiveram significativa importância ao proporcionar que as primeiras aglomerações se expandissem, sendo essencial para o homem firmar-se em seu ambiente, estabelecendo uma economia produtiva com o cultivo de plantas e domesticação de animais, deixando, então, de ser nômade. No processo do desenvolvimento humano inclui-se a agricultura em virtude da sua capacidade de realização do trabalho, visto que, desde os primórdios da humanidade, surgiram técnicas que possibilitaram a garantia da sobrevivência. A agricultura nas comunidades primitivas, como os indígenas brasileiros e europeus, era destinada para a subsistência, sem fins comerciais. O autor ainda acrescenta que junto à evolução da sociedade organizada, as propriedades privadas e o Estado foram se apropriando dos meios de produção, acarretando algumas mudanças, destacando-se, principalmente, a produção de excedentes e a dinâmica do trabalho onde homens começaram a trabalhar para outros homens.

No século XX e XXI políticas públicas têm sido implantadas com direcionamento ao agricultor de base familiar no intuito de maximizar a produção e, com isso, propiciar que grande parte das famílias permaneça vivendo e trabalhando no campo, continuando na produção de alimentos, os quais são abastecidos em mercados locais e nacionais, promovendo a qualidade de vida dos consumidores, diante do cenário de industrialização (SANTOS et al., 2012). No estudo de Retière (2014) um agricultor relatou que o motivo de continuar trabalhando no cultivo seria devido o apreço dos clientes em relação à qualidade dos seus produtos. O setor agropecuário familiar assume uma importância considerável no que diz respeito à absorção de emprego e produção de alimentos, os quais também são direcionados para o autoconsumo (GUILHOTO et al., 2007, p. 13).

Os consumidores estão cada vez mais procurando produtos que sejam destacadas as características singulares deles, como os locais de produção, o estilo de vida, as tradições, a valorização das etapas ao saber-fazer, o cuidado com a natureza, ou seja, um produto que tenha mais aproximação com o produtor, sendo ele mesmo que comercializa, não havendo a presença de intermediários. Verifica-se que o consumidor busca, além de quantidade e preço justo, a qualidade do produto baseado no sistema

alimentar. Novas relações sociais e novos valores são criados possibilitando que o agricultor tenha autonomia (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

Algumas iniciativas de economia justa vêm ganhando notoriedades, tais como as cooperativas autogeridas, unidades de produção familiar e produção comunitária e modos de produção orgânica baseados em princípios agroecológicos (SANTOS, 2000; SANTOS, 2003). Muitos agricultores, em várias partes do mundo, vêm buscando tornar distante suas unidades de produção dos mercados, como também diversificar suas ações (OLIVEIRA; SILVA; SCHNEIDER, 2010). Uma das principais formas para promover o desenvolvimento da agricultura familiar é através da comercialização, a qual também é fator chave no que diz respeito a capacidade de autonomia do agricultor, importante para a sua emancipação socioeconômica (SILVA, 2015).

3.2 SISTEMA AGROECOLÓGICO: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

Inicialmente, neste tópico, serão abordados conceitos do sistema agroecológico, além de um breve histórico associado com o da sustentabilidade. Definições acerca do modelo de produção e comercialização da agricultura familiar conduzida pelos princípios agroecológicos serão explanados, na perspectiva de ressaltar e caracterizar os aspectos da produção orgânica, do circuito curto de comercialização, das relações estabelecidas entre produtor e consumidor, do autoconsumo possibilitado por esse modelo e a garantia da SAN. Tais descrições atribuem um papel significativo por contribuir para uma melhor compreensão do leitor ao longo da pesquisa.

A agroecologia consiste em um modelo de produção de alimentos apropriado para a preservação e utilização do solo, da biodiversidade e agrobiodiversidade de forma sustentável. Além disso, é uma estratégia que une esforços e a luta universal de pequenos agricultores na tentativa de alcançar segurança e soberania alimentar (NODARI; GUERRA, 2015).

Para muitos, a agroecologia é considerada como ciência, porém, para outros, configura-se como uma prática produtiva que, em partes, assemelha-se a outros modelos não convencionais de produção (BORSATTO; CARMO, 2013). Leff (2002), por sua vez, explana que a origem da agroecologia se deu a partir da interação entre o conhecimento tradicional dos agricultores e o conhecimento científico de

professores(as) e pesquisadores(as), os quais se comprometem com a procura de técnicas produtivas mais sustentáveis.

A característica principal dos sistemas alternativos de produção de base agroecológica diz respeito ao uso de tecnologias que atendem aos princípios ecológicos, preponderando a preservação dos espaços naturais, procurando maximizar a reciclagem de energia e nutrientes e, assim, sustentando a biodiversidade (SANTOS et al., 2013).

Em 1930 a agroecologia revelou-se como disciplina científica e já atestava uma postura que contestava o uso indiscriminado de elementos químicos para a elevação da produtividade da prática agrícola, bem como incorporava um olhar crítico às formas de produção homogeneizadas dos setores industriais. O termo “agroecologia” originou-se no século 20 e, desde então, sua definição e alcance de metas têm se ampliado de forma significativa, isto está diretamente relacionado com a evolução de duas disciplinas nas quais a agroecologia é oriunda: agronomia e ecologia (WEZEL et al., 2009).

Entre os anos de 1950 a 1970 os estilos de vida já estavam se modernizando, a agricultura colaborava de certa forma para a economia do Brasil. O desenvolvimento rural era norteadado pelo advento tecnológico e pela modernização de técnicas agrícolas, este cenário foi marcado como a Revolução Verde, na qual a agricultura incorporava o desenvolvimento tecnológico e científico (NAVARRO, 2001). Nesta época o termo desenvolvimento não era distinto de crescimento econômico, a produção de riquezas e o acúmulo de capitais eram os ideais buscados com este modelo de produção. No entanto, contradições como a exclusão social, aumento da pobreza, êxodo rural e a degradação ambiental foram apontados e alvo de reflexões, pois as condições de vida das populações não correspondiam ao crescimento econômico. Isso fomentou o surgimento de um debate que contestava o cenário em questão e o conceito de desenvolvimento, buscando pensar nas relações entre a sociedade e o meio ambiente (SACHS, 2002).

Na década de 1960, movimentos ambientais emergiram contra os impactos da agricultura industrial após a Revolução Verde, principalmente aqueles impactos ocasionados pelo uso de substâncias tóxicas, como os pesticidas. Além do uso de pesticidas, a Revolução Verde propiciou o aumento da produção agrícola por meio do uso de sementes mais resistentes a pragas e mecanização da agricultura. Ademais, de forma simultânea, ocorria o êxodo rural em diversos países. Então, os movimentos

ambientalistas foram importantes para a evolução da agroecologia, que focava na agricultura sob uma perspectiva ecológica (WEZEL et al., 2009).

A nova perspectiva trabalhada, que diz respeito ao desenvolvimento sustentável tem relação com grupos, pessoas e instituições resistentes ao modelo agrícola dominante. As dimensões sociais, econômicas e ambientais devem ser contempladas para que a agricultura permaneça sustentável e incorporadas no novo conceito de desenvolvimento, o qual deve ser socialmente justo, economicamente eficaz e ambientalmente correto (MELO; CÂNDIDO, 2013; SACHS 2002).

Nos anos de 1980, a atividade agrícola foi estabelecida e de forma frequente entrelaçava-se com os movimentos agroecológicos, visando uma produção de alimentos adequada ao desenvolvimento sustentável (WEZEL et al., 2009). Então, até meados de 1990 ocorreu o processo de consolidação dos sistemas agroecológicos e desta época até os dias atuais foram surgindo e sendo implementadas políticas públicas que auxiliam, de certa forma, no revigoramento e valorização da produção de pequena e média escala (BOLTER; HAAS, 2017).

Os sistemas agroecológicos foram emergindo ao mesmo tempo, em lugares diferentes e independentes entre si, porém, ainda assim, convergiam para um ponto em comum: adoção e valorização de uma agricultura que estima e protege o meio ambiente. A agricultura constitui-se como um suporte essencial para que a sustentabilidade evolua e se desenvolva (MELO; CÂNDIDO, 2013; SANTOS et al., 2013).

O desenvolvimento sustentável constitui um meio que deve integrar o ponto mais alto do setor econômico, o qual é imprescindível para o crescimento e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, uma vez que representa a garantia da segurança alimentar às pessoas mediante a agricultura. Sendo assim, a sustentabilidade é capaz de ser uma rota segura para melhorar as condições de vida, assegurar dignidade, equidade, justiça e respeito às gerações atuais, como também as futuras (AGUIAR, 2011).

Em contrapartida aos complexos agroecológicos, a agricultura moderna adota preferencialmente conhecimentos científicos e é caracterizada por utilizar energia e capital em grandes quantidades, movimentando a economia das empresas agrícolas, propiciando a redução da mão de obra e o aumento de prejuízos ao meio ambiente (TUBALDINI et al., 2009). Muitos estudiosos demonstram que a agricultura foi,

possivelmente, o setor produtivo e econômico que adentrou mais cedo no processo de globalização, intensificando transações de produtos, informações, havendo a conversão do sistema agroalimentar em uma indústria geradora de lucro e de interesse. Imaginava-se, no entanto, que a agricultura e a produção de alimentos tomassem um rumo diferente em relação à globalização, por estarem atreladas aos recursos naturais (OOSTERVEER; SONNENFELD, 2012).

Por meio da agroecologia torna-se possível estruturar sistemas agroecológicos sustentáveis. A menor dependência possível de insumos externos associado com a aplicação de métodos alternativos, tais como inseticidas biológicos e fertilizantes alternativos, constituem-se como princípios básicos desses modelos, uma vez que se propõe a preservação dos recursos naturais. É válido salientar que mediante as práticas agroecológicas, os agricultores familiares têm a oportunidade de agregar valor aos seus produtos em virtude da diferenciação ecológica (SANTOS et al., 2013).

Vale ressaltar que 80% das terras cultiváveis do mundo contêm um número limitado de espécies de vegetais, destacando-se o arroz, soja, milho e trigo. Com isso, a diversidade genética dos sistemas agrícolas fica austeramente restrita. Um sistema de monocultura é composto pela maioria dessas espécies supracitadas, as quais estão facilmente suscetíveis a estresses bióticos e alterações climáticas em virtude da homogeneidade ecológica (NICHOLLS et al., 2015).

Existem diferentes correntes de produção que foram desenvolvidas e designadas como bases para os modelos de sistemas agroecológicas. Como principais, destacam-se a agricultura biodinâmica, a agricultura natural, a agricultura biológica, a permacultura, a agricultura ecológica e a agricultura orgânica. Esta última, por sua vez, é a mais reconhecida e difundida (ASSIS; ROMEIRO, 2002; BARBOZA et al., 2012).

Os alimentos orgânicos são aqueles produzidos com base em normas que vetam a utilização de qualquer insumo químico e que, para serem comercializados, devem ser certificados por alguma entidade habilitada (BORGUINI; TORRES, 2006). O conceito é ampliado de acordo com a *International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)* ao ressaltar que o alimento orgânico deve ser compreendido como um produto oriundo de um sistema de produção que evita o uso de insumos químicos, hormônios de produção e prioriza pesticidas naturais ou orgânicos. Trata-se de um sistema que objetiva a saúde e a qualidade das populações, ecossistemas e do solo.

Dessa forma, o alimento é tratado desde as condições do solo até a preparação das embalagens, contribuindo para a conservação do meio ambiente (OLIVEIRA, 2004).

A produção de alimentos orgânicos se insere nas práticas sustentáveis de ocupação preconizadas pelo sistema agroecológico, uma vez que se trata de um sistema produtivo que visa a auto sustentação da propriedade agrícola, fazendo o uso mínimo de energias não renováveis, trazendo também benefícios sociais ao agricultor, além de preservar o meio ambiente e a saúde humana, gerando uma melhor qualidade de vida (VALENT et al., 2014).

A agricultura orgânica surgiu na década de 60 quando se começou a reconhecer, por parte de produtores e consumidores, que os defensivos agrícolas poderiam estar ocasionando problemas ao meio ambiente e a saúde humana. Esta agricultura dispõe de conhecimentos e processos ecológicos objetivando alcançar mudanças de cunho social e econômico para promoção do desenvolvimento sustentável (VIEIRA et al., 2016). A agricultura orgânica, desde meados de 1980, tem atraído significativamente a atenção de consumidores, ambientalistas e também dos agricultores. Entretanto, o Brasil principiou a regulamentação do setor apenas a partir do ano de 2003 e reforçou como ciência esta forma de produzir alimentos (BRASIL, 2003).

Existe a certificação, baseada em um certificado formal ou documento, que atesta a garantia de um produto orgânico e difunde informações sobre a origem do produto e a segurança deste. Além disso, a certificação assegura a qualidade e salubridade do processo produtivo e, dessa forma, institui-se entre o produtor e o consumidor uma relação baseada em confiança. Os produtos orgânicos têm grandes chances de conquistar novos mercados, como também serem exportados (DORR; ROSSATO; ZULIAN, 2012).

As novas disposições que se referem à certificação da produção orgânica no Brasil expõem que houve o reconhecimento institucional e a disseminação de que a proximidade associada à venda direta em circuitos curtos propicia o estabelecimento de relações de confiança entre produtor e consumidor. A regularização da produção orgânica, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é realizada através da obtenção do selo de certificação orgânica ou sem selo, de acordo com o decreto nº 6.323 de 2007, que rege a lei nº 10. 831 de 2003 (BRASIL, 2008).

Experiências constataam que canais de comercialização de produtos orgânicos da agricultura familiar têm obtido mais sucesso nos circuitos curtos, os quais dispõem de dois percursos: a venda direta e a venda indireta. Na primeira, o consumidor adquire o produto diretamente do agricultor, geralmente essa obtenção ocorre em feiras. Na venda indireta, por sua vez, vai haver entre o produtor e o consumidor a presença de um intermediário, que pode ser um agricultor, associação, supermercado ou programa do governo (DAROLT, 2012).

No ano de 2012, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) constatou a existência de 140 feiras ecológicas certificadas em 22 capitais do Brasil. Além disso, a pesquisa ressaltou, também, que nos ambientes em que a agricultura familiar se faz presente, as vendas diretas ficam mais acentuadas em canais de circuitos curtos (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013). Nessa perspectiva, quando a pauta se trata da comercialização de produtos orgânicos, as feiras-livres ganham destaque (SPOSITO; ABREU, 2017).

A venda direta proporciona maiores lucros aos produtores visto que não há participação do intermediário (PADUA-GOMES; GOMES; PADOVAN, 2015).

A agricultura ecológica constitui-se como uma prática para o preço justo da comercialização, a proteção dos sistemas agrários e a justiça social que aproxima o consumidor do produtor, oriundas da agroecologia. Apesar dos avanços alcançados, principalmente pela disposição de políticas públicas e articulações do governo com as compras de alimentos da agricultura orgânica e familiar, a comercialização dos produtos orgânicos ainda é uma dificuldade apresentada pelos produtores (SPOSITO; ABREU, 2017).

Em pequenas localidades de produção existem desafios grandes em relação à popularidade dos produtos orgânicos, tendo em vista que o crescimento desta linha de produção não ocorre na mesma intensidade do que em grandes e pequenos centros urbanos. Além disso, tem sido apontado pelos autores que o pouco conhecimento das pessoas a respeito dos produtos orgânicos também tem sido causa dessa complexidade na comercialização (DANTAS et al., 2011).

Silva e Silva (2011) destacam também que os pequenos agricultores se deparam com infraestruturas deficitárias para o arranjo da produção, falta de acesso a assistência técnica, como também a necessidade de agregar valor aos produtos e beneficiamento.

Loss e Romagnha (2008) acrescentam que, mesmo havendo a presença de consumidores em uma feira em Santa Teresa, Espírito Santo, o que mais interfere na comercialização é a pouca disseminação sobre importância dos produtos orgânicos.

Em virtude das dificuldades enfrentadas, os produtores comercializam em supermercados e por meio de atravessadores, não garantindo, dessa forma, a sustentabilidade, contribuindo para que muitos produtores voltem a produzir do modo convencional, fazendo o uso de insumos agroquímicos (SPOSITO; ABREU, 2017).

As progressivas informações repassadas acerca dos riscos dos insumos químicos utilizados e os problemas que eles desencadeiam a saúde humana viabilizou um aumento na demanda por alimentos orgânicos. O volume da demanda está ligado ao aumento das taxas exponenciais, favorável para inflacionar o mercado, por conseguinte, os alimentos orgânicos ficam acessíveis apenas àqueles consumidores com poder aquisitivo elevado e pouco acessível a população em geral. Não é uma condição normal o preço dos alimentos orgânicos se sobressair em relação aos convencionais, tal cenário pode ser modificado através de outras formas de comercialização, como feiras de produtos orgânicos (CARNEIRO et al., 2015).

Embora seja comum o uso do termo “agricultura convencional” na literatura como uma agricultura danosa, existem autores, como Maluf e Luz (2016), que, em seu estudo, refletem acerca da interação dos circuitos curtos de comercialização com outras dinâmicas de abastecimento alimentar. Eles ponderam que de fato deve haver a valorização das dinâmicas locais, como também é necessário salientar aspectos críticos dos modelos considerados convencionais e observam que há a propagação dos modelos híbridos, ressaltando que tais dinâmicas não são menos relevantes ao favorecer o acesso aos alimentos e na adequação alimentar. Os autores justificam isso argumentando que as dinâmicas globais de produção e circulação de alimentos atuam significativamente no abastecimento alimentar de quase todos os países e também na conformação das dietas alimentares e que, apesar de contribuírem para a homogeneização dos processos, auxiliam acrescentando na diversidade do abastecimento alimentar, tendo em vista que há regiões que não produzem alimentos na quantidade e diversidade necessárias por fatores climáticos, qualidade do solo e limitações agrícolas da região.

As feiras assumem uma postura relevante no fortalecimento social e na consolidação econômica, principalmente da agricultura familiar. É um espaço

educativo, diversificado e dinâmico, no qual as pessoas buscam se ajudar, compartilham informações e constroem planos para adquirir produtos ou capitais de forma conjunta (SPOSITO; ABREU, 2017).

No Brasil, a ideia de diminuir a distância entre o produtor e o consumidor está atrelada a produção de alimentos de formas alternativas, como a agricultura orgânica e agroecológica. Trata-se de uma forma dos produtores agroecológicos venderem seus produtos sem precisarem seguir exigências dos mercados convencionais, agregando, assim, mais valor (DAROLT, 2012).

Os circuitos curtos de base agroecológica, além de remeter uma proximidade, entre os produtores e consumidores, em um aspecto espacial, proporcionam momentos de interações e conectividade, estabelece relações de fidelidade, no qual o ato de comprar torna-se menos impessoal e mais arraigado, a lucratividade assume uma postura secundária (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

Apesar dos modelos de agriculturas convencionais ainda serem predominantes, a agricultura familiar baseada nos princípios agroecológicos se mantém e pratica a diversificação de culturas, formas de comercialização direta e autoconsumo do que é produzido (MARQUES, 2010). O autoconsumo corresponde à utilização de produtos vegetais, animais e de modificações caseiras por parte de membros familiares, de modo a suprir suas necessidades. Esse mesmo grupo familiar que consome é o responsável pela criação dos animais, produção e cultivo de alimentos (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010).

Os alimentos oriundos da agricultura familiar, além de servirem para a comercialização, satisfazem também as necessidades de consumo da família produtora. O processo de plantar na própria terra, colher e transformar o produto cultivado em comida confere a soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e reprodução social das comunidades rurais. Assegura, ademais, um controle na produção, a qualidade dos alimentos e a não dependência de mercados para o acesso e obtenção de alimentos (PEREIRA, 2015).

Em 2010 se instituiu como direito fundamental do ser humano a alimentação adequada na Constituição Federal e a função de desenvolvimento e elaboração de políticas que promovam a asseguram a segurança alimentar e nutricional atribuído ao poder público (CARVALHO, 2017). Bezerra e Isaguirre (2014) ressaltam que essa

admissão confere ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) um “importante valor jurídico e político que reafirma a obrigação do Estado brasileiro de respeitar, proteger, prover e realizar/viabilizar o DHAA”.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, na LOSAN, foi descrito como:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Neste sentido, os circuitos curtos de comercialização agroalimentares, a agricultura familiar, o autoconsumo e a SAN estão diretamente vinculados entre si. Observa-se que as feiras da agricultura familiar têm crescido em número e tamanho e quando são configuradas como circuitos curtos, viabiliza mais faturamento ao produtor, tendo em vista que não há a participação do atravessador. Em razão disso, tanto os consumidores quanto os produtores podem ter a segurança alimentar e nutricional assegurada, devido aos preços mais acessíveis, geração de renda, autoconsumo familiar, qualidade nutricional dos alimentos associada à soberania alimentar e variedade (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

Os alimentos da agricultura familiar contribuem, também, para a segurança alimentar e nutricional da população que consome esses tipos de produtos, como também das próprias famílias dos agricultores familiares, no momento em que a produção também se encaminha para o autoconsumo, não se restringindo apenas ao comércio. Além de contribuir para o estreitamento da relação consumidor-produtor, as feiras que se constituem como circuitos curtos favorecem a realização da Segurança Alimentar e Nutricional (POZZEBON; RAMBO; GAZOLLA, 2017).

A agroecologia articula com o direito humano à alimentação, proporcionando que muitas pessoas vulneráveis tenham acesso a esse direito, promove o desenvolvimento da agricultura e da economia, propicia o aumento da produção e do acesso aos alimentos de qualidade, reduzindo, conseqüentemente, pobreza nos campos. Ademais, auxilia na adaptação das culturas diante das mudanças climáticas e possibilita que o produtor familiar participe dos processos de produção e propagação de tecnologia (SCHUTTER, 2011).

O fortalecimento da agricultura familiar se faz necessário para que o direito humano a alimentação adequada seja assegurado, já que o seu modelo de produzir alimentos é embasado na sustentabilidade com o fomento a produções agroecológicas e orgânicas que, desta forma, gera emprego e renda à família, bem como a sociedade se beneficia ao adquirir produtos de qualidade com preços negociáveis (ANTUNES; MUTERLLE; CUNHA, 2011).

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo transversal descritivo sobre o sistema agroalimentar do município de Cuité-PB. O estudo seccional ou transversal diz respeito a um estudo epidemiológico caracterizado por observar de forma direta certa quantidade programada de pessoas em uma só oportunidade. É feito um recorte de um intervalo de tempo para analisar os fatores da população de estudo, que, neste caso, são os agricultores. Esta é uma metodologia interessante para descrever as características do grupo observado no determinado tempo em questão (MEDRONHO et al., 2009).

Portanto, este tipo de estudo foi adequado à pesquisa uma vez que se estudou uma população de agricultores que, no intervalo de tempo da aplicação da pesquisa, apresentou aspectos da produção e comercialização de alimentos, pertinentes para a descrição e análise.

4.2 POPULAÇÃO DE ESTUDO

Nesta direção, o cenário deste estudo é o município de Cuité, localizado no Curimataú Paraibano, região do Semiárido Nordeste a aproximadamente 235 km da Capital João Pessoa. Sua extensão territorial é de 741,84 km², cuja maior parte é rural. Segundo o Censo de 2010 o município possui 19.978 habitantes, 67% residentes da zona urbana, tendo ocorrido pequeno crescimento populacional de acordo com estimativa do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2018), passando a ter 20.343 habitantes em 2018.

Como público alvo adotou-se o grupo de agricultores que comercializam e já comercializaram seus produtos na feira agroecológica do município, com um total de 17 (dezessete) agricultores e o Coordenador da Feira, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Cuité. A seleção da feira como recorte a ser trabalhado ocorreu devido a implementação recente da feira agroecológica local, embora esta esteja em discussão desde e construção desde 2011. Destaca-se que não houve nenhuma intervenção direta sobre o objeto, sendo este apenas observado e

analisado pelo pesquisador. As questões da estruturação do sistema agroalimentar do município foram abordadas em duas dimensões diferentes da SAN: produção e disponibilidade de alimentos.

4.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

O critério de inclusão utilizado foi à participação na feira agroecológica do município de Cuité/PB, de acordo com um registro de participantes fornecido previamente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Cuité. E, como critério de exclusão, foram desconsiderados atores que não comercializam produtos hortifrúteis – com um total de dois – e aqueles que estavam na lista entregue pelo sindicato, mas que nunca participaram da feira.

4.4 COLETA DOS DADOS

Foram realizadas como método de coleta as entrevistas estruturadas com os agricultores (17 entrevistados) e semiestruturadas com o coordenador da feira. Todas as entrevistas foram gravadas com o auxílio de gravador de voz digital e realizadas por estudantes de graduação em Nutrição, da Universidade Federal de Campina Grande, devidamente treinados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Nutrição e Saúde Coletiva (Núcleo PENSO). Algumas entrevistas foram realizadas na própria feira e outras nas residências dos agricultores, considerando a disponibilidade de tempo deles.

O questionário que foi utilizado na entrevista com os agricultores é composto por sete módulos (Apêndice A): (1) identificação do produtor, (2) caracterização da produção agrícola comercializada, (3) potencialidades e dificuldades do modelo de circuito curto de comercialização, (4) informações sobre a inserção nos programas governamentais e seus impactos na visão dos agricultores, (5) participação nos programas governamentais da agricultura familiar, (6) participação em programas de incentivo a produção e (7) participação em programas de compras governamentais. Para a presente pesquisa foram considerados os três primeiros módulos.

O questionário utilizado com o coordenador da feira (Apêndice B) é composto por quatro módulos: identificação do entrevistado, (2) história e funcionamento da feira, (3) dificuldades e potencialidades e (5) produtos comercializados. Para tornar possível a

realização das entrevistas, os participantes autorizaram a participação mediante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C).

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados objetivos do questionário foi feita por meio do software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), o qual converte os dados quantitativos em informações pertinentes para caracterizações. As questões abertas do questionário foram transcritas e analisadas para a discussão. Os discursos dos entrevistados foram analisados através da análise do discurso produzido, com base em uma pré-leitura, leitura e análise das entrevistas transcritas pela equipe, para a construção de categorias a fim de possibilitar a compreensão das ideias trazidas pelas palavras presentes nas falas dos agricultores (MINAYO, 2014).

4.6 PRINCÍPIOS ÉTICOS

A partir da aprovação do comitê de ética, sob o CAAE 98666818.3.0000.5182, esta pesquisa foi desenvolvida e respeita os princípios éticos determinados pela lei N° 466, de 12 de dezembro de 2012, que regulamenta a respeito de pesquisas que incluem seres humanos e formaliza a necessidade do participante ser informado acerca da natureza da pesquisa para, caso haja anuência, assinar um termo de consentimento livre e esclarecido, estando, portanto, habilitado a integrar-se a pesquisa (BRASIL, 2012).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados 17 agricultores familiares que comercializam atualmente ou já comercializaram na feira agroecológica de Cuité. As informações alcançadas são importantes para demonstrar a realidade da produção da agricultura familiar, descrever a feira agroecológica e o circuito curto de comercialização, retratando as potencialidades e dificuldades enfrentadas.

Neste sentido, organizou-se uma sequência dos dados, onde o primeiro tópico retrata a história da feira; o segundo, o perfil dos agricultores e como se organizam; o terceiro, as condições de produção e alimentos produzidos; o quarto, a percepção sobre alimentos orgânicos, agrotóxicos e sementes transgênicas; e, por fim, o quinto, a designação da produção local e circuitos de comercialização.

5.1 HISTÓRIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA

A história foi desenvolvida a partir da entrevista com o coordenador da feira, que, durante o processo de criação da feira, também foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuité. Além do coordenador, a feira agroecológica de Cuité possui mais dois agricultores como membros da organização e planejamento. Ademais, há uma comissão responsável por realizar o cadastro dos agricultores, marcar reuniões e fazer alerta da limpeza do local onde ocorre a feira.

A proposta de criação da feira surgiu diante da necessidade de ter mais um espaço para o escoamento dos alimentos sem a interferência de atravessadores, em decorrência do aumento da produção consequente das compras institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em Ouricuri-PE também houve a necessidade de criação de uma feira agroecológica para destinar os produtos, pois, segundo Carvalho et al. (2008), o Centro de Assessoria e Apoio a Trabalhadores/as e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA) em conjunto com as famílias produtoras avaliaram a necessidade de desenvolver canais e formas de comercializar os produtos excedentes, de modo justo e regular, uma vez que só eram vendidos, quando possível, a preços baixos para os varejistas e atravessadores.

É importante frisar que antes da elaboração do projeto da feira agroecológica de Cuité, já havia a ideia para tal e alguns agricultores, independentemente, já comercializavam seus produtos desde 2009 no espaço atual onde ocorre a feira, como pode se observar na fala do coordenador da feira: “(...) *antes desse projeto a gente já vendia também, os agricultores ali, numa banquinha (...) nessas mesas plásticas*”.

Em 2011, a coordenação identificou e reuniu os agricultores familiares da região para discutir acerca da elaboração de um projeto para fortalecer a ideia já existente, com o auxílio do recurso do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), sendo o território do Curimataú a ponte para dar incentivo a feira. Municípios circunvizinhos, como Nova Floresta, Picuí e Barra de Santa Rosa também aderiram à ideia, o que resultou na elaboração de um projeto coletivo que abarcou os agricultores familiares destes municípios.

Conforme o coordenador, a segunda parte do processo foi conseguir um projeto, por meio do governo federal, para a prestação de assistência técnica aos agricultores. Na época da elaboração do projeto, foram selecionadas 20 famílias, porém, em virtude de desistências, a feira conta hoje com a atuação de 16 famílias.

A escolha do local foi pensando em um ambiente movimentado e que pudesse dar visibilidade à feira, como também, um ambiente diferente da feira livre de Cuité (feira tradicional da cidade que ocorre as segundas, no Arraial da Serra). E a escolha do dia foi estratégica, pensou-se na sexta-feira porque, geralmente, quem faz compras na feira livre já pode estar sem ou com poucos alimentos quando chega o final de semana. Além da sexta, alguns agricultores também comercializam no sábado.

Aspectos como limpeza, acessibilidade, trânsito de pessoas com frequência e bom visual devem ser examinados para a escolha do local da feira agroecológica (CARVALHO et al., 2008).

A luta pela feira agroecológica acontece há um tempo, desde 2009 já existia a ideia de criação, em 2011 foi elaborado o projeto e solicitado os recursos para sua constituição, como supramencionado. Porém, apenas em 2017 chegaram os materiais, dando início, então, ao seu funcionamento. Isso implica uma forma de resistência que o agricultor familiar enfrenta, pois, apesar das condições climáticas da região, cultiva sua produção, mesmo não tendo, muitas vezes, a garantia de um canal justo para escoar os produtos e conseguir uma renda a mais. O início do funcionamento da feira, apesar de

tardio, caracterizou-se como um canal que possibilitou e possibilita o escoamento dos produtos dos agricultores, os quais também podem ganhar um pouco mais de recursos financeiros a partir disso. Mas, para que haja o fortalecimento da feira, é necessário que haja sensibilização por parte dos governantes locais, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a própria sociedade civil para prestar apoio necessário.

5.2 FEIRA AGROECOLÓGICA: QUEM SÃO OS PRODUTORES E COMO SE ORGANIZAM?

No que diz respeito ao perfil dos agricultores entrevistados, com base na Tabela 1, é perceptível que a maioria dos entrevistados são mulheres, pardos, casados e com a faixa etária entre 36 e 58 anos. Mesmo o percentual de mulheres sendo maior (52,9%), se assemelhou ao dos homens (47,1). Segundo Ferreira (2016), a mulher produz os alimentos nas hortas para a família consumir e, quando viável, para vender também, assumindo uma postura de relevância na garantia da segurança alimentar do núcleo familiar. Além disso, atua em conjunto com os homens nas práticas relativas à roça, sustentando a biodiversidade, ao produzir sementes e compartilhar com as vizinhas, e também auxilia no manuseio dos recursos naturais.

Maior parte dos entrevistados declarou-se pardos (70,6%) e, em relação ao estado civil, é evidente o número expressivo de agricultores casados (70,6%). No tocante a faixa etária, os valores foram bastante variados, 29,4% afirmaram ter idade entre 26 a 36 anos, 35,3% acima de 36 e menor 46 anos e, também, 35,3% com idade acima de 46 até 58 anos. Já numa pesquisa realizada em Cajazeiras-PB, Vásquez, Barros e Silva (2008), verificaram idade média de 53,4 anos entre os produtores orgânicos avaliados, os quais residem em zonas rurais.

Tabela 1 – Identificação dos agricultores que comercializam na feira agroecológica de Cuité-PB, 2018.

Variável	Número	Percentual(%)
Sexo		
Masculino	8	47,1%
Feminino	9	52,9%
Raça		
Branco	3	17,6%
Amarelo	-	-
Negro	2	11,8%
Pardo	12	70,6%
Indígena	-	-
NR/NS	-	-
Estado Civil		
Solteiro(a)	-	-
Casado(a)	12	70,6%
Relação Estável	4	23,5%
Viúvo(a)	1	5,9%
Separado(a)	-	-
NR/NS	-	-
Faixa Etária		
Entre 26 – 36	5	29,4%
Entre > 36 – 46	6	35,3%
Entre > 46 – 58	6	35,3%
Endereço		
Canoa do Costa	2	11,8%
Brandão	6	35,3%
Campo	1	5,9%
Comprido		
Bujari	1	5,9%
Jucá	1	5,9%
Lagoa do Meio	5	29,4%
Zona Urbana	1	5,9%

Fonte: dados da pesquisa (2018).

No que se refere ao endereço, o Sítio Brandão teve o maior número de entrevistados, indicando 35,3%, seguido do Sítio Lagoa do Meio o qual obteve um total de 29,4%. De acordo com os agricultores e o coordenador da feira, não existe um transporte específico que dê suporte aos agricultores para se deslocarem da zona rural até a zona urbana de Cuité, fazendo-se necessário que os agricultores levem os produtos em seus próprios transportes – a maioria de moto.

Além da comercialização de produtos hortifrútiis (o foco da presente pesquisa), atualmente a feira oportuniza a venda de produtos de origem animal (carne de gado, porco e peixe) e também propicia que mulheres vendam seus produtos artesanais, como

doces, cocadas e peças de crochê. Segundo o coordenador, os critérios para poder participar da feira correspondem, primeiramente, em ser agricultor e, segundo, não fazer o uso de defensivos químicos. O intuito é comercializar um produto diferente do que é ofertado no mercado convencional.

A validação da veracidade é atestada por meio da confiança, por um termo de compromisso e pela Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), porém, o foco principal é atender primariamente as famílias produtoras do município. Para a realização do cadastro, uma comissão avalia a situação do produtor, realiza visita na propriedade para detectar se realmente há uma produção e efetua a matrícula. Existe uma ficha de matrícula que solicita os dados de identificação do agricultor. O ato da matrícula pode ser realizado no sindicato, na própria casa do agricultor ou até mesmo feira, onde geralmente ocorre.

Em casos de desistência ou pouca participação, pode haver a substituição para outra família produtora que tenha interesse em participar. A não participação de seis feiras consecutivas, sem uma justificativa plausível, determina que haja a devolução do material do projeto e a saída definitiva da feira. Os materiais do projeto são de uso comum e consistem em: barraca, caixas plásticas, balança, carrinho de feira e freezer. A feira agroecológica tem uma parceria com a Associação São Vicente de Paula que dá suporte e local para guardar as barracas, os demais materiais ficam com os agricultores. Existe uma pessoa responsável por levar as barracas até o local das vendas, fazer a montagem, desmontagem e no fim retornar ao local onde estavam guardadas, em troca de uma contribuição em dinheiro.

Em relação a limpeza após a comercialização, os próprios agricultores têm a responsabilidade e o compromisso de higienizar suas posições de venda na feira, evitando que fiquem qualquer sujidades no ambiente.

5.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E ALIMENTOS PRODUZIDOS

Além do perfil dos agricultores, outras variáveis importantes para análise são as relacionadas com as condições de produção de alimentos, como acesso à terra, à água, formas e tipos de produção. No que diz respeito ao terreno utilizado para a produção da agricultura familiar, 76,5% dos agricultores afirmaram ser proprietários de suas terras, enquanto que 23,5% deles atestaram dispor de formas de negociação de propriedades.

Destes, 17,6% afirmaram ter terrenos cedidos e 5,9% afirmaram ter a forma de negociação 2/3. É válido salientar que um dos agricultores, que detém o próprio terreno, relatou também utilizar um terreno cedido para produzir, esclarecendo da seguinte forma:

“É porque é comunitário, sabe? Uma parte é comunitário e a outra parte é no meu lote. O coletivo é da associação” (Entrevistado A).

No estudo de Silva, Ceconello e Nascimento (2017), que objetivou compreender a estrutura da cadeia produtiva curta dos produtos comercializados na feira livre de Juagarão- RS, verificou-se que todos os agricultores residem na zona rural e a maioria são proprietários de terras, com exceção de apenas um deles.

De acordo com Brasil (2007), a relação do agricultor familiar com a terra e sua maior aptidão para gerir os recursos naturais, o torna como um ator principal para a expansão da agricultura orgânica.

Outro dado relevante da presente pesquisa aponta que 61,5% dos agricultores proprietários de terras não vivem apenas da renda da agricultura familiar, tendo outras formas para acrescentar no sustento familiar, com destaque para os que declararam não possuir terra, dos quais, todos não vivem exclusivamente da agricultura familiar, possuindo outros meios de obtenção de renda como bolsa família, aposentadoria e benefício de prestação continuada (BPC) pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Essas outras formas de obtenção de renda provavelmente faz-se necessária para dar subsídio para esses agricultores investirem em suas produções.

Atividades sem fins agrícolas atribuem importância uma vez que aumentam as conquistas de bens materiais ou até podem representar maior parte da renda da família. Além disso, bens públicos podem ser fornecidos de forma significativa por meio dessas outras formas de obtenção de renda, no que concerne à segurança alimentar, preservação das ações de cunho socioculturais, das atividades de produção coletivas e infraestruturas dos processos produtivos (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

A posse de terras e as formas de negociação de propriedades são variáveis que se interligam com as formas de acesso a água. Os agricultores donos de terras, ao invés de reservar o dinheiro para custos com alugueis, contratos ou arrendamentos, podem destinar seus recursos para o investimento de bens duradouros em suas propriedades, como meios para a captação de água, por exemplo. Na tabela abaixo (Tabela 2) estão

descritos os números e percentuais dos agricultores proprietários e não proprietários de terra e as suas respectivas formas de acesso à água para produzir.

Tabela 2 – Formas de acesso à água entre proprietários e não proprietários de terra, Cuité-PB, 2018.

Formas de acesso à água	Agricultores proprietários de terras		Agricultores não proprietários de terras	
	Número	Percentual (%)	Número	Percentual (%)
Poço Artesiano	11	84,6%	2	50%
Cisterna	4	30,7%	-	
Cisterna Calçadão	2	15,4%	2	50%
Barragem	1	7,7%	-	
Outros*	4	30,7%	2	50%

Fonte: dados da pesquisa (2018). *as outras formas consistem em poço amazonas, açude e cacimbão quando chove.

As formas de acesso mais prevalentes, dentre os agricultores proprietários de terras, foram poços artesianos na própria terra (84,6%); cisternas (30,7%) e 30,7% de agricultores que relataram dispor de outras formas de acesso como cacimbão e açude em caso de chuvas. Quanto aos agricultores não proprietários de terras, também declararam poços, cisternas e outros, as três formas com 50% dos entrevistados não proprietários de terra. É importante salientar que na questão das formas de obtenção de água para a produção era possível afirmar mais de uma alternativa, se fosse o caso.

Destaca-se a prevalência de poços artesianos nas propriedades dos agricultores, indicando, possivelmente, que eles investem satisfatoriamente em suas terras. Em contrapartida, com relação àqueles agricultores que não possuem as próprias terras, observou-se uma menor prevalência de poços, o que pode ser justificado pelo fato deles não terem o próprio lote para poder investir e assim obter o retorno desejado. E, em virtude disso, podem destinar seus recursos financeiros para a subsistência da produção e estabilidade da renda familiar.

No que se refere ao acesso de recursos naturais, como água, terra e biodiversidade, ainda há muitos pontos a serem solucionados que acometem de forma

direta sobre a capacidade de produção das famílias e associações, não se resolvendo mediante mercados (SCHMITT; TYGEL, 2009).

Ainda na perspectiva das condições de produção, também foi possível observar a contratação de mão de obra para o trabalho na produção de alimentos. Apenas 1 agricultor (proprietário de terra), além da atuação da família na agricultura, conta com a participação de 8 trabalhadores contratados, os quais recebem individualmente um valor de R\$ 250,00 a 300,00 semanalmente. A existência desses trabalhadores pode se dá pela possibilidade da expansão de locais para escoar e o conseqüente aumento da produção e/ou pela quantidade insuficiente de familiares para auxiliar nas atividades. De acordo com Guanzirol, Buainain e Di Sabatto (2012), àqueles agricultores que não têm muitos membros familiares para auxiliar em uma área grande de produção são coagidos a contratar trabalhadores, devendo ser mais eficazes no uso.

Peres (2009) considera em seu estudo que a agricultura familiar reporta-se a lógica produtiva camponesa, com a atuação quase que exclusiva da mão de obra da família em pequenas e médias propriedades, onde há a priorização da policultura.

Os outros entrevistados relataram ter exclusivamente a presença da família como apoio e suporte na agricultura. Essa informação é fundamental para auxiliar na interpretação dos gastos que o agricultor familiar tem nas atividades relativas à produção de alimentos.

A predominância da participação familiar dos agricultores que produzem e comercializam na feira agroecológica expressa nos resultados mencionados é reafirmada em falas como a do Entrevistado B: *“É só eu e a mulher e os filhos. O menorzinho de 14 anos ajuda a gente”*.

É possível perceber que há de fato uma valorização da agricultura familiar por parte dos próprios agricultores. Conforme Conti e Roitman (2011), o fortalecimento da agricultura familiar colabora para o progresso do país devido a vários motivos, sendo um deles a possibilidade da inserção da produção de um número considerável de famílias carentes no ambiente rural, consistindo em uma forma de tonar mínima a dependência dos programas de transferência de renda. Outro motivo diz respeito ao desenvolvimento regional que pode ser ocasionado pela expansão da agricultura familiar, dinamizando municípios do ambiente rural, marcados pelo êxodo rural dos seus povos. Ademais, a segurança alimentar do país é favorecida pela agricultura

familiar, a elevação de alimentos ofertados impacta positivamente para resguardar o salário real e manter os preços estáveis.

Os alimentos listados abaixo (Tabela 3) são produzidos por mais de 50% dos agricultores entrevistados. A tabela exhibe o alimento e o respectivo número e percentual de agricultores que o produzem:

Tabela 3 – Alimentos produzidos e a quantidade/percentual de produtores, Cuité-PB, 2018.

Alimentos	Número	Percentual (%)
Coentro	17	100%
Milho	16	94,1%
Feijão	15	88,2%
Batata doce	14	82,4%
Maracujá	14	82,4%
Jerimum	12	70,6%
Couve	12	70,6%
Tomate	11	64,7%
Melancia	11	64,7%
Mamão	11	64,7%
Cenoura	10	58,8%
Alface	10	58,8%
Pimentão	9	52,9%
Cebola	9	52,9%
Beterraba	9	52,9%

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Percebe-se que mais de 80% dos agricultores produzem milho (hortaliça), feijão (leguminosa), batata doce (raiz), maracujá (fruta), com destaque para o coentro (hortaliça), que todos os agricultores entrevistados mencionaram produzir. Dentre os entrevistados, 82,4% relataram que conseguem produzir o ano inteiro, mas vale ressaltar

que alguns alimentos como milho, feijão e maracujá, por exemplo, só são produzidos em abundância em períodos de sazonalidade e chuvas contínuas.

As principais dificuldades para produzir estão descritas na tabela abaixo juntamente com o número e percentual de agricultores correspondentes (Tabela 4):

Tabela 4 – Principais dificuldades para produzir apontadas pelos agricultores familiares, Cuité-PB, 2018.

Dificuldades de produzir	Número	Percentual (%)
Nenhuma	2	11,8%
Acesso à água	7	41,2%
Terras fracas ou degradadas	-	-
Falta de Assistência Técnica	3	17,6%
Recurso/acesso ao crédito	4	23,5%
Outros*	11	64,7%

Fonte: dados da pesquisa (2018). *as demais dificuldades estão descritas no decorrer do texto.

Verifica-se que o acesso à água, pouco recurso/acesso ao crédito e a falta de assistência técnica foram algumas das dificuldades apontadas pelos agricultores. As demais dificuldades de produção relatadas contidas em “outros” foram: má estrutura para produção, necessitando de irrigação e espaços para tal, o clima da região, a existência das “pragas” e falta de sementes de boa qualidade.

Em um estudo realizado por Santos et al. (2014), os agricultores que comercializam em numa Feira Agroecológica de Mossoró/RN, retrataram que à falta d’água, devido ao clima semiárido, junto à ausência de técnicas para seu armazenamento, carência de insumos e pouca assistência técnica como as principais dificuldades para a produção. De acordo com Silva e Silva (2011), os pequenos produtores enfrentam, além dos problemas organizacionais na produção, infraestrutura insuficiente para a lógica produtiva, necessidade de assistência técnica profissional e agregação de valor aos produtos.

Algumas dificuldades como os poucos locais de escoamento da produção, falta de transporte e estradas desgastadas foram mencionadas pelos produtores e também estão inseridas em “outros”, porém serão discutidas mais adiante no quinto tópico.

As principais adversidades para àqueles agricultores que não conseguem plantar o ano inteiro (17,6%) incluem o clima quente da região junto à falta de água e a dificuldade de conter as “pragas”, conforme expresso abaixo:

“... As pessoas num sabe reconhecer o como é duro a gente conseguir produzir como você perguntou no início, como faz pra produzir o ano inteiro, porque tem dificuldade, tem insetos, tem o excesso de chuva, que você sabe que na estiagem é muito difícil você produzir por causa da alta temperatura do sol, tem planta que não resiste, você faz cinco, seis plantas, cinco, seis vezes pra ela poder você cultivar uma” (Entrevistado C).

Pozzebom, Rambo e Gazolla (2017) analisaram as feiras coloniais e agroecológicas do município de Chapecó-SC e explanaram que os agricultores precisam superar dificuldades para a produção, com ênfase na dificuldade de produzir alimentos diversificados, destacando como entraves o clima da região que contém seca (33%), e a falta de mão de obra (33%). Problemas como a falta de tempo para a agricultura, a qualidade suspeita de sementes e insumos e falta de assistência técnica foram mencionados por 17% dos entrevistados.

Dada a importância da assistência técnica rural, observou-se que 76,5% dos agricultores que comercializam/comercializaram na feira agroecológica já receberam algum tipo de assistência técnica para produzir. A Tabela 5 explicita que a Associação que os agricultores estão inclusos e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) foram as entidades que mais prestaram assistência, oferecendo orientações acerca da produção.

Tabela 5 – Órgãos responsáveis pela prestação de assistência técnica aos agricultores familiares, Cuité-PB, 2018.

Prestação de Assistência Técnica	Número	Percentual (%)
Associação	7	53,8%
SEBRAE	5	38,5%
Prefeitura	3	23,1%
EMATER	3	23,1%
SENAI	1	7,7%
Banco do Nordeste	1	7,7%
Empresa Prosperar	1	7,7%

Fonte: dados da pesquisa (2018). *Os agricultores poderiam selecionar mais de uma opção neste quesito.

Entre os agricultores que tiveram assistência, 69,2% afirmaram ter aumentado a produção para a comercialização na feira. A elevação da produtividade em decorrência

da prestação de assistência técnica é notória, mostrando a importância desse tipo de apoio no melhoramento dos resultados e fortalecimento da agricultura familiar.

Conforme Molina e Mourão (2018), a prestação de assistência técnica aos pequenos e médios agricultores é uma necessidade para auxiliá-los no enfrentamento das dificuldades de baixa produção, preço reduzido, custos elevados, falta de tecnologias inovadoras e conhecimento técnico, de forma eficiente.

Instituições como o SEBRAE intenciona a transformação do empreendedorismo de subsistência em possibilidades de negócios. O cargo dessa instituição consiste em progredir micro e pequenas empresas e atuar na promoção da competitividade (RICCA, 2004). Entretanto, apesar da necessidade de orientações para comercialização expressa na fala abaixo, 38,5% dos agricultores afirmou que a assistência prestada pelo SEBRAE baseava-se em orientações para a produção.

“... Tem hora que vende bastante, tem hora que vende pouco e os agricultores, muitas vezes, é... a gente tem uma mentalidade de que sabe produzir, mas pra comercializar são poucos ainda que tem esse jeito e a paciência” (Coordenador da Feira, 2018).

Santos et al. (2014) mostra que a ideia da criação da Feira Agroecológica em Mossoró se deu a partir de uma capacitação realizada pelo SEBRAE aos agricultores que sentiram a necessidade de um local para o escoamento da produção. O SEBRAE auxiliou com orientações para a melhoria produtiva, sede para capacitações e reuniões, barracas, apoio para a certificação orgânica e na formação técnica-profissional. Além do SEBRAE, a Prefeitura Municipal de Mossoró, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e o Núcleo Estadual de Assistência Técnica em Economia Solidária (Neates-RN), contribuíram dando apoio e suporte a feira.

Apesar disso, Santos et al. (2014) endossa o argumento da presente pesquisa quando afirma a necessidade da consolidação da assistência técnica no que se refere a organização, produção, capacitação, dos agricultores e comercialização, a fim de que a venda direta ao consumidor final seja fortalecida.

Ressalta-se que, além da comercialização, 94,1% dos agricultores utiliza a produção para o autoconsumo da família. Esta prática beneficia o agricultor a partir da economia financeira, uma vez que produz alguns dos seus próprios alimentos e possibilita que seus recursos financeiros sejam destinados para outros fins; da qualidade e diversidade dos alimentos oriundos do próprio plantio, com oferta dos nutrientes necessários ao organismo humano. Soma-se a isso a preservação cultural, visto que

muitos destes costumes são passados de geração em geração, em harmonia com as condições socioambientais e conciliação com a própria história local que leva em consideração as preferências alimentares das comunidades locais, formas de preparo e consumo (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Assim sendo, a associação entre autoconsumo e comercialização contribui para a garantia da SAN quando viabiliza uma alimentação adequada qualitativa, quantitativa e culturalmente, sem que haja comprometimento total da renda exclusivamente para a alimentação, mas permitindo o remanejamento desta para assegurar o suprimento de outras necessidades da família do agricultor.

5.4 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: PERCEPÇÕES SOBRE ALIMENTOS ORGÂNICOS, AGROTÓXICOS E SEMENTES TRANSGÊNICAS

Ao saber que a implementação da feira agroecológica de Cuité-PB tinha em seus objetivos a oferta de alimentos de qualidade e, ainda, compreender a necessidade destes para a saúde da população, este trabalho se propôs a investigar as percepções dos agricultores desta feira quanto à produção de base agroecológica, o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas.

Para a melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores, Santos et al. (2012) destaca que a agricultura orgânica é tida como uma possibilidade para tal, de modo em especial na região do Nordeste do Brasil, em virtude dos imensos desafios para o elo sociedade-natureza gerados pelo clima.

Conforme Ormond et al. (2002), ao mesmo tempo em que agricultura orgânica retoma as práticas agrícolas antigas, se adequa as técnicas modernizadas de produção agropecuária visando o aumento da produtividade, de modo que interfira minimamente nos ecossistemas, sendo também umas das alternativas capazes de viabilizar a pequena propriedade. Além disso, o estudo ressalta que não pode ser considerada produção orgânica enquanto a terra e os animais evidenciarem a presença de agrotóxicos.

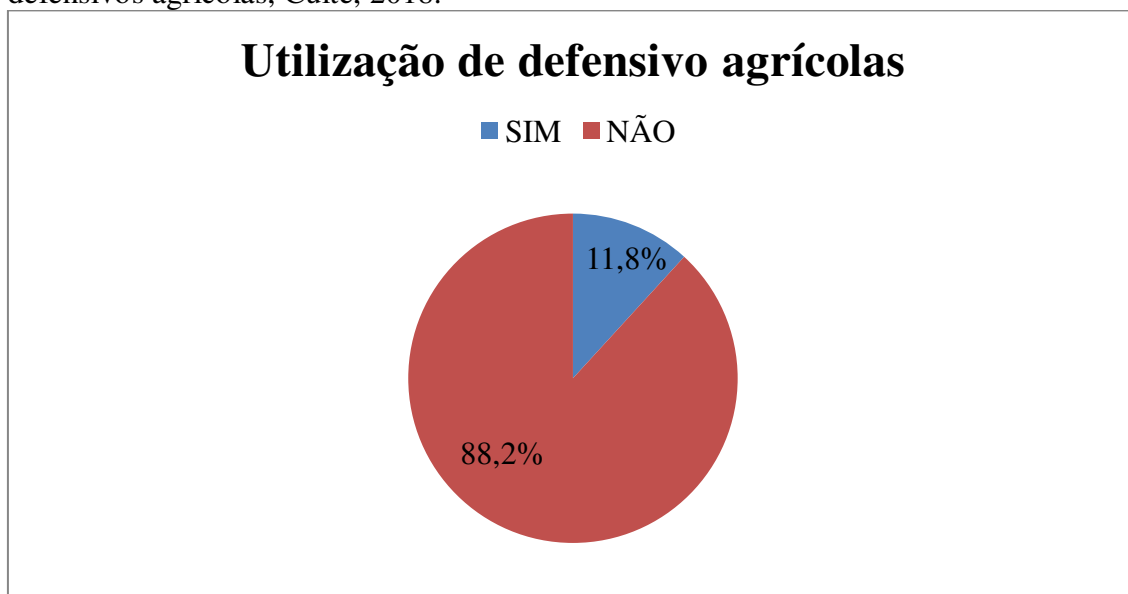
Nesta direção, a figura 1 apresenta os resultados sobre a utilização de agrotóxicos por parte dos agricultores familiares que escoam seus produtos para a feira agroecológica, de modo que 88,2% agricultores relataram produzir alimentos sem agrotóxicos, utilizando apenas defensivos naturais para o controle de pragas. Em contrapartida, 11,8% afirmou fazer o uso de defensivos agrícolas nas plantações. A não

utilização de agrotóxicos apareceu de forma bastante espontânea na maioria das falas dos entrevistados, algumas vezes atreladas aos problemas de saúde causados por esta prática, como representado na fala abaixo:

“Nós produz aqui e não usa o agrotóxico, nós não usamos. O agrotóxico é um dos causadores do câncer, infelizmente. Se todo mundo cortasse ele, eu acho que viveria melhor... o veneno é um vilão do século XXI” (Entrevistado A).

Em um estudo realizado por Sá et al., (2014), o qual objetivou analisar a percepção de aspectos da sustentabilidade, sob o ponto de vista de produtores orgânicos da região da Grande Florianópolis – SC, destacou-se, entre as famílias entrevistadas, o sentimento de calma e segurança por lidarem com métodos saudáveis de produção, que não acarretam complicações de intoxicação em quem produz e quem consome.

Figura 1 – Dados percentuais correspondentes aos agricultores familiares que utilizam defensivos agrícolas, Cuité, 2018.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Um dos agricultores declarou com exatidão que a sua produção não é orgânica e que utiliza defensivos agrícolas, como o DECIS (inseticida) e NIPHOKAM (fertilizante foliar). Houve, ainda, um agricultor que relatou ter uma produção semi orgânica, justificando com seguinte fala:

“(...) A gente trabalha com tubulação, tudo que precisa de vitamina pra terra dá um alimento melhor, vai tudo naquelas mangueirinhas, fica a mangueira, aí da gente eu considero um semi orgânico porque a gente não joga em cima da folha (...) se você só colocar a ‘prantinha’ ali, ela não vai dar o necessário, nem vai produzir bonito, a gente já fez esses testes. E só com o estrume de vaca que é a parte orgânica, né, os estrumo? Ele cresce, até

“cresce a planta mas não cresce como se você colocasse um calcário”
(Entrevistado D).

Santos et al. (2012), alerta que o uso de produtos químicos para o extermínio de pragas na agricultura ou qualquer elemento que cause no solo funcionalidades incomuns em relação àquelas realizadas pelo ecossistema, não é aceito pela agricultura orgânica. Uma vez que, através dela, busca-se fazer o uso de componentes locais para uma maior obtenção dos nutrientes que existem.

Apesar da maioria dos agricultores explanarem produzir alimentos sem agrotóxicos e de, segundo o coordenador da feira, um dos pré-requisitos para poder comercializar na feira é não utilizar os “venenos”, ainda existe um pequeno número de produtores que utiliza defensivos agrícolas na produção.

Com relação ao descumprimento desta exigência, na fala abaixo (1), um dos agricultores ressalta o obstáculo que “as pragas” significam, e questiona a viabilidade desse tipo de produção. Por outro lado, apesar de reconhecer a dificuldade de produzir orgânico, o coordenador da feira defende que é possível realizar a produção (2):

“Não tem possibilidade de ser orgânico mesmo, porque não tem como. Se eu disser, eu vou tá mentindo e não pode. E que disser que tem também é muito difícil, porque as praga que tem, ela consome a pranta em questão de horas, de dias.” (Entrevistado D).

“... Ele (o agricultor em geral) tem esse zelo que é o primeiro amor de produzir o produto que sejam sem veneno, que não é fácil, né? Tem que deixar bem claro que não é fácil, é difícil demais, né? Porque a agricultura convencional atinge também a agricultura agroecológica, mas tem jeito sim de produzir sem veneno” (Coordenador da feira, 2018).

Todos os agricultores entrevistados na pesquisa de Sá et al., (2014), relataram que, para dar início e seguimento à produção orgânica, passaram por dificuldades, as quais provieram da ausência de instruções práticas e técnicas acerca do processo de produtivo e condições impostas de clima, solo e variedades amoldadas à produção orgânica disponíveis.

Apesar dos desafios e do mercado de produtos convencionais, o coordenador da feira salienta que há alternativas que possam substituir os agrotóxicos, contrariando a afirmação do agricultor. Esta dificuldade pode comprometer, ao longo do tempo, a manutenção do padrão de qualidade e da quantidade disponível desde o princípio, e uns dos agricultores alega que alguns colegas não estão em conformidade com os critérios estabelecidos para a participação da feira:

“Os desafios e as dificuldades é manter sempre a oferta de produtos de qualidade na mesma qualidade que as pessoas começaram vendendo, porque muitos participantes da feirinha não têm essa consciência que deve produzir o alimento de forma correta, sem venenos e algumas pessoas compram de outras pessoas pra vender, então não mantém a mesma qualidade” (Entrevistado E).

Os agricultores que declararam produzir alimentos sem agrotóxicos disseram que utilizam apenas defensivos naturais e controlam pragas com técnicas como: o uso de diversas misturas com base em ninho, pimenta, detergente neutro, fumo, óleo, esterco, urina de vaca, cal, ureia, sabão, extrato de plantas, leite, capim, rapadura; além do uso de estratégias para captura de insetos/pragas, como luz, cola e papel laminado. Nota-se que os agricultores detêm de variadas técnicas, com diferentes ingredientes e ferramentas que auxiliam no combate e controle às pragas, evitando ao máximo o uso do agrotóxico.

Oliveira (2004) reforça que as técnicas mais apropriadas para este fim devem ser aquelas consideradas “leves”, que compreende custos baixos, utilização limitada de máquinas e combustíveis fósseis, preferência de adesão a veículos ou aparelhos movidos por animais, utilização de produtos mais naturais (orgânicos, biológicos) em substituição aos produtos químicos e fazer proveito de subprodutos ou resíduos na cadeia de produção orgânica.

Solicitada pela sociedade civil, a jornada da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA, PL nº 6.670/2016) iniciou em 2016, intensificando sua força e sendo aprovada em 2018 na Comissão Especial como uma resposta ao Projeto de Lei conhecido como Pacote do Veneno (PL nº 6.299/2002) o qual visa facilitar o processo de registro e a comercialização de agrotóxicos no Brasil. Em menos de 100 dias do governo vigente, foram aprovados 121 novos produtos e de registro acatados já tiveram 241 pedidos novos. A PNARA pode ser considerada uma iniciativa que poderá marcar o processo de transição, de forma gradual, de uma produção baseada em insumos químicos para uma produção mais saudável e justa (GREENPEACE, 2019).

É importante acentuar que o tipo de semente utilizada na produção tem influência sob o alimento, caracterizando-o como orgânico ou não. Trindade (2006), afirma que em uma agricultura orgânica e sustentável a opção mais viável é a utilização de sementes crioulas, cujo manejo se dá em comunidades tradicionais, não havendo modificações genéticas. Em virtude disso, buscou-se identificar como ocorre a posse de

sementes e verificou-se que 88,2% dos agricultores compram as sementes, 70,6% produzem a partir dos próprios alimentos produzidos, e 35,3% adquirem através dos órgãos públicos. Nenhum deles relatou adquirir sementes mediante doações ou por outras formas.

Dentre os agricultores que compram as sementes observaram-se que 41,2% sabem da origem das sementes usadas para a produção. Por outro lado, 58,8% dos agricultores não sabem a origem das sementes que compram e/ou recebem do governo, o que impacta diretamente no tipo de alimentos que produzem, levantando questionamentos acerca da presença de sementes transgênicas.

A dificuldade de saber a origem da semente foi mencionada nas falas de alguns agricultores que compram as sementes e outros que recebem dos órgãos governamentais, a exemplo das falas a seguir:

“Ô... infelizmente a gente comprou essas sementes na feira livre e a gente comprava, mas não sabia se essas semente tinha sido produzida com algum tipo de agrotóxico, né? Ninguém num sabe, porque quem ia vender num dizia” (Entrevistado F).

“(...) Bom seria se a semente o governo comprasse a nós agricultores, porque na hora que compra a eu, a um vizinho, a gente sabe o que tá plantando. Aí vem uma semente lá de fora e ninguém sabe nem que semente é essa, pode vim uma transgênica inserir aqui no meio de nós...” (Entrevistado A).

Complementando a fala do entrevistado A, outro agricultor entrevistado deu a sugestão do governo comprar Sementes da Paixão, alegando ser uma semente boa, limpa e produzida pelo próprio produtor rural.

Agricultores familiares que residem em variados municípios do semiárido da Paraíba têm constituído Bancos de Sementes Comunitários (BSC), integrados na rede Sementes da Paixão, em prol da dispersão de sementes geneticamente modificadas, que não se adequam à lógica de produção e dos agrotóxicos (PAULINO; GOMES, 2015).

Segundo o Entrevistado A, existia um banco de sementes na comunidade cuiteense, o qual se enfraqueceu em decorrência da seca, como demonstra em sua fala: *“(...) Aqui tinha um banco de sementes, mas infelizmente aqui nosso banco de sementes pegou esses anos mal chuvosos, aí nós perdemos nosso banco de sementes”*.

Assim como o uso de agrotóxicos, a utilização de sementes transgênicas também é preocupante no meio agrícola, principalmente quando se trata de agricultores

familiares que comercializam seus produtos em uma feira que prioriza os princípios agroecológicos.

O entendimento da qualidade dos produtos oferecidos aos consumidores assevera o futuro da agricultura familiar, uma vez que o rumo sustentável sólido é o da agroecologia, por possibilitar uma produção segura e tranquila (CONAB, 2008).

Santos et al. (2014) aponta que todos os entrevistados em sua pesquisa esclareceram com certeza que estão proporcionando oportunidades para consumidores terem uma alimentação mais saudável e responderam que a agroecologia ajuda na qualidade de vida e saúde da população, quando foram questionados sobre a forma que a agroecologia contribui para a sociedade.

Neste sentido, os agricultores foram indagados se sabiam dizer o que seria uma semente transgênica, 52,9% disse que sim e 47,1% que não. Aos que assumiram compreender foi solicitada especificação, alguns agricultores demonstraram conhecimento, uns mais seguros que outros, porém uma parte explicitou falta de compreensão dos malefícios dos transgênicos, como representa as falas abaixo, respectivamente:

“Transgênicos são alimentos ou sementes modificados geneticamente, algumas moléculas são alteradas pra ficar resistente a certas doenças, a certas pragas e também ter uma produtividade maior” (Entrevistado E).

“Eu não entendo nada, eu só sei que a gente ver falar que é uma semente que é feita em laboratório, é isso? Que eles misturam um monte de semente... Pra falar a verdade essa aí eu não sei muito não. Mas eu imagino que seja isso, né, essa semente? Igual tem os alimentos também, né, transgênicos?” (Entrevistado G).

“Vem diferente, mais segura, algumas pode servir também de medicina, medicinalmente, que eles modifica de vários tipo de pranta pra dá uma certa que serve de até de alimento rico em vitaminas, a mistura de vários” (Entrevistado D).

A porcentagem de pessoas que afirmaram entender e não entender (sobre sementes transgênicas) está aproximada e os discursos apresentados por àqueles que afirmaram entender são expressivamente distantes, o que desperta questionamentos: se estão todos na mesma associação e trabalhando na feira agroecológica, por quê ainda existe agricultores que não entendem a respeito desse assunto? Como está ocorrendo o compartilhamento de ideias e experiências? Tal circunstância pode afetar o fortalecimento da feira e a credibilidade da própria associação, visto que os presentes defendem a realização de uma produção de base agroecológica, porém ainda há uma

parcela considerável de agricultores com pouca informação à respeito das transgenias, o que presume a má distribuição da oferta de assistência técnica.

5.5 PRODUÇÃO LOCAL DE ALIMENTOS E OS CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO

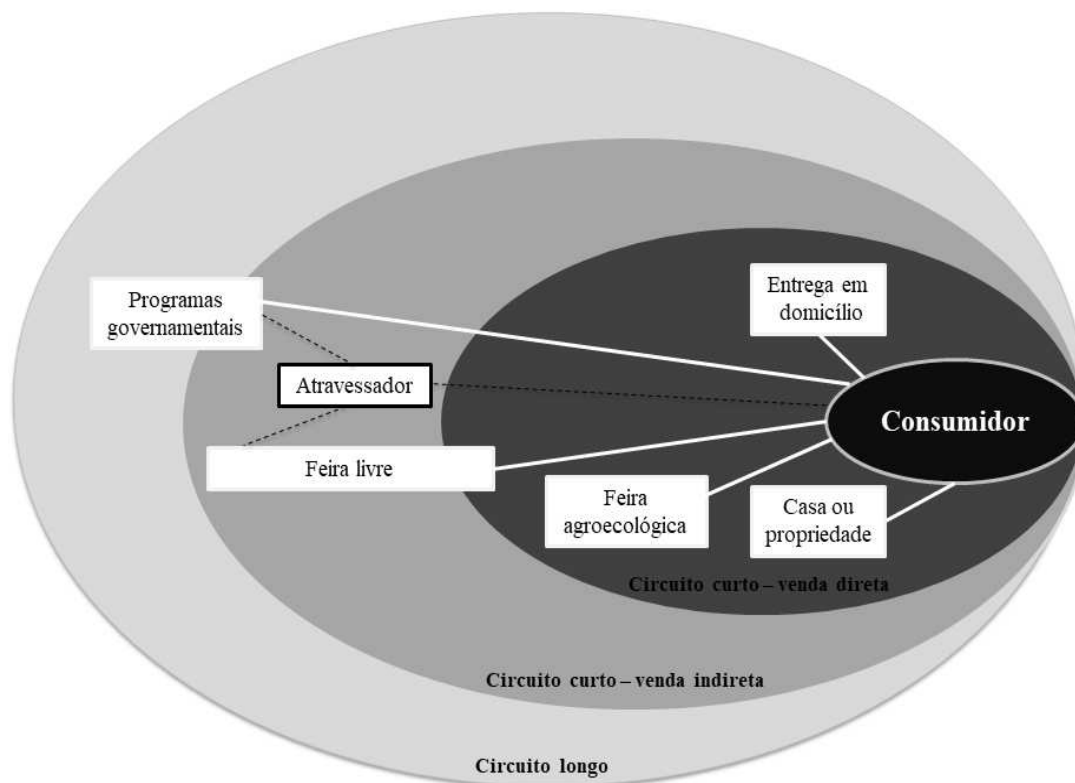
Após conhecer o perfil dos agricultores, suas condições de produção e a história da feira, compreendendo que esta tem por objetivo ser um meio de escoamento da produção do agricultor familiar com um produto diferenciado, as discussões a seguir tratarão da relação produtor-consumidor e seus circuitos de produção, bem como da avaliação dos agricultores sobre o impacto da feira nas suas vidas.

O resultado do aumento da produção a partir da participação na feira agroecológica, 76,5% dos agricultores familiares, sinaliza que o objetivo de ser um meio eficaz para o escoamento da produção, de modo que incentive a produção de um modo geral. Segundo Santos et al. (2014), houve um aumento de 30% a 100% da renda das famílias produtoras após a constituição da Feira Agroecológica em Mossoró, sendo a única fonte geradora de renda em 90% dos casos.

Todavia, a feira não é a única forma de comercialização dos produtos da agricultura familiar da Cuité, visto que 82,4% dos agricultores declararam comercializar seus produtos em outros locais, como na feira agroecológica de Nova Floresta, na própria casa, entrega em domicílio, feira livre, atravessadores e programas governamentais.

Conforme Darolt (2012), maior parte dos agricultores de base ecológica com bons resultados em suas vendas, tem feito o uso de dois a três canais de escoamento, como as feiras do produtor, entregas em domicílio e as compras governamentais. A figura sistematiza as formas de vendas enunciadas pelos agricultores de acordo com o nível de proximidade que existente entre o produtor e consumidor.

Figura 2 – Formas de comercialização praticadas pelos agricultores da feira agroecológica de Cuité/PB, categorizadas conforme o grau de aproximação com o consumidor, 2018.



Fonte: dados da pesquisa (2018).

Existem diferentes níveis de distância entre o agricultor e o consumidor, a saber: circuito curto com venda direta, circuito curto com venda indireta e circuito longo. No circuito curto (venda direta), nível mais próximo do consumidor, destacam-se três formas de comercialização: entrega em domicílio (28,6%), na qual o agricultor se desloca para fazer a entrega dos produtos nos domicílios dos consumidores; venda na casa ou propriedade do agricultor (14,3% dos entrevistados); feiras agroecológicas de Cuité e de Nova Floresta - nesta há a participação de um agricultor.

Os circuitos curtos, de acordo com Schneider e Ferrari (2015), retratam diferentes dimensões; como espacial, por reduzir o distanciamento percorrido dos alimentos entre a produção e o consumo; social, por estabelecer um contato direto entre agricultores e consumidores, ocasionando integração e confiança; e, econômica, uma vez que mercados locais são formados para a produção. Os autores afirmam que os

produtos oriundos de pequenas agroindústrias rurais familiares ou em interações diretas, como feiras livres e vendas a domicílio, podem caracterizar as cadeias curtas.

O nível subsequente do diagrama é o circuito curto de venda indireta, constituído pela figura do atravessador e pela feira livre. Caracteriza-se como atravessador um indivíduo que compra do produtor à preços mais baixos e em maiores quantidades para revender em outros locais, inclusive a feira livre. Sob essa ótica, a feira livre que aparece no circuito curto “venda indireta” também pode ser “venda direta” uma vez que 14,3% dos agricultores entrevistados vendem direto nela.

Ainda no circuito curto venda indireta encontram-se os programas governamentais PNAE e PAA, nos quais foi declarada participação por 85,7% dos agricultores entrevistados. Neste cenário, o produtor vende diretamente ao governo via chamada pública para os programas e pode participar individualmente, em grupos informais e/ou formais. Mas a venda para os programas também apresenta outro cenário, no qual há a possibilidade do atravessador “intermediar” a relação governo-agricultor deixando-os em um patamar cada vez mais distante do consumidor, apesar dos programas priorizarem os agricultores familiares. Por esta perspectiva, as compras governamentais também podem ser classificadas como circuito longo de comercialização, o último nível do diagrama.

Dentre os agricultores entrevistados, 28,6% deles afirmaram que comercializam para atravessadores, os quais desvalorizam o serviço do agricultor ao solicitar preços baixos que não condizem com a dedicação e esforço atribuídos à produção agroecológica, como pode ser observado nas falas de uns dos agricultores entrevistados:

“... Porque o atravessador ele sempre quer comprar por a metade ou menos da metade do que vale” (Entrevistado G).

“... Pra o atravessador, por exemplo, mata. O atravessador quer tomar de você, não adianta” (Entrevistado A).

A venda dos produtos aos atravessadores pode acarretar em prejuízos para os agricultores, apesar de ser um tipo de comercialização comum entre tais atores na região Nordeste. Enquanto os produtores ganham um valor mínimo no empregado ao produto, os intermediários recebem valores mais expressivos sobre ele (KIYOTA; GOMES, 1999).

Com a feira agroecológica, portanto, os agricultores podem escoar os seus produtos por venda direta e excluir a presença do atravessador, tornando mais vantajoso

para o agricultor. Algumas destas vantagens foram mencionadas pelos próprios agricultores quando instigados a fazer avaliação da feira:

“As vantagens é que você tá fazendo uma venda direta ao consumidor, você não tá tendo a figura do atravessador comprando sua produção a um preço muito baixo e vendendo a um preço alto, então você faz esse contato direto da sua produção diretamente para o consumidor final” (Entrevistado E).

“A grande vantagem é mais uma renda pra família, né? Ou pouco ou muito, o que cair ajuda, né? E a gente sabe que é muito gratificante você produzir e saber pra onde vender é muito gratificante. Agora você produzir e ver se perdendo a gente ‘desincentiva’ bastante” (Entrevistado A).

Percebe-se que vantagens sob a perspectiva econômica são ressaltadas em ambas as falas; visto que, na primeira, o produtor relata que vende a preço justo, pois não tem a presença do atravessador na negociação, agregando valor econômico ao produto. Na segunda, o agricultor discorre acerca da segurança de ter para onde vender, como um incentivo para escoar a produção e para o retorno financeiro. Outras vantagens, sob uma perspectiva social, também foram destacadas a respeito da comercialização nesta feira e estão descritas nas próximas falas:

“A vantagem é que a gente convive com muita gente e a gente aprende muito, muita coisa, conviver com a população (...) com os outros agricultor, a gente sai trocando ideia é bom demais (...) porque as ‘vez’ a pessoa... você planta de um jeito e você vê que num tá dando certo dum jeito, aí uma pessoa lhe dá aquela dica, aí você vai e acerta” (Entrevistado H).

“(...) A gente mostra como é, indica onde é que a gente trabalha, se alguém quiser vim fazer uma visita, ter um conhecimento melhor, porque é bom você saber onde você tá comprando e de onde você tá comprando, porque muitas vezes é umas coisas bonitas lá fora, você num sabe de onde veio, né?” (Entrevistado C).

Os agricultores declararam que a feira é um espaço que estimula a troca de conhecimento entre eles mesmos. A criação e o fortalecimento de vínculos fomentam o compartilhamento de saberes e experiências, que contribuem para o aprimoramento de técnicas de produção e comercialização, consolidando a classe produtiva e o circuito curto de comercialização.

A reciprocidade das famílias dos agricultores estabelece uma sólida relação entre eles, não entendido por aqueles que visam apenas o aspecto econômico. Neste sentido, apesar das famílias vizinhas poderem semear os mesmos tipos de produtos na agricultura, muitas vezes, não são visualizadas como concorrentes umas das outras (KIYOTA; GOMES, 1999).

Ademais, evidenciou-se nas falas a aproximação entre o produtor e o consumidor com aprendizado de ambos os lados do cenário. Embora haja concorrência com os mercados e supermercados, as feiras trazem consigo aspectos que vão além dos econômicos, como os sociais e culturais, persistindo e resistindo aos circuitos longos (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017).

De acordo com Santos et al. (2014) as oportunidades estendidas pelas práticas agroecológicas são importantes por possibilitar que os produtores comercializem na zona urbana e constituam relações que ultrapassem a perspectiva de comercialização e consumo, mas também propiciem o repasse de informações de forma bilateral e o estreitamento de laços. A venda direta da feira agroecológica possibilita ao agricultor falar sobre a produção, os caminhos percorridos, exprimir seus conhecimentos e, ao mesmo, tempo, ouvir opiniões dos consumidores sobre o que pode ser melhorado.

Esta vantagem da aproximação, da venda e da produção também foi mencionada pelo coordenador da feira, expressa na seguinte fala:

“(...) Agora, graças a Deus, quando eles (agricultores) começaram a comercializar mais seu produto, vender mais e produzir mais também, né, envolver a família, que é outro caso interessante, o filho, a mulher, aí a coisa tá caminhando mais tranquila” (Coordenador da Feira, 2018).

Contudo, esta aproximação produtor-consumidor ainda é um desafio para alguns e, segundo o coordenador, no início, o pequeno agricultor não tinha o jeito de comercializar e conquistar o cliente, porém, a prática e o compartilhamento de saberes com a família têm ajudado a superar e conquistar o espaço. Apesar disso, é válido salientar que isso não é o suficiente e, portanto, a assistência técnica para comercialização se faz necessária.

Diante das discussões apresentadas, reforça-se que a valorização do trabalho rural é favorecida quando a participação do atravessador é inexistente e quando o próprio agricultor vende seus produtos de forma direta ao consumidor, fazendo-o sentir-se mais confiante e seguro ao obter o produto, tendo em vista que a qualidade é assegurada pelo produtor de forma presencial (OLIVEIRA et al., 2013). Este argumento é endossado pela fala realizada por um dos entrevistados:

“... Não ser preciso a gente comprar e renegociar (...) Sem ter que custear, sendo próprio da gente, a gente gasta muito pouco, só o nosso trabalho, eu acho assim (...) Eu acho assim, por ser nosso, né, o pessoal tem mais interesse, não ser reproduzido fora” (Entrevistado I).

Nesta direção, os agricultores foram questionados com relação às diferenças entre comercializar na feira agroecológica e nos demais locais de comercialização. Foram destacadas diferenças sobre a origem do produto, sua qualidade e preço, respectivamente evidenciados nas falas a seguir:

“... Em outras bancas, você sabe que vem da CEASA de todo qualidade eles traz e as pessoas muitas das vez vai por vantagem, passou uma banca mais bonita é aonde ele vai, né? (...) Mas o modo das mercadorias, eu acho que as mais vantajosas é as pessoas comprar é essa da gente, né, que pelo menos tá comprando saúde, né?” (Entrevistado J).

“... Eu acho a diferença dos preço, da qualidade do produto, porque tem... a feirinha, o produto ele é bom e nos outros canto também tem bons, só que a gente tem que dá mais prioridade o produto da feirinha que é orgânico, que é melhor pra saúde” (Entrevistado K).

“... Muitas vezes ocorre é que a feirinha... eles falam: ‘é muito boa, os produto é bom, mas eles são mais caro do que o que nós utiliza da feira normal, né?’ Mas as pessoas têm que entender que são uns produtos mais difícil da gente situar eles, trabalhar no dia a dia, fazer a separação do produto pra trazer pra feira” (Entrevistado B).

Os agricultores entendem que o alimento oriundo de uma produção orgânica é um produto de qualidade segura, o que o diferencia em relação aos outros locais. Em virtude disso, os agricultores apontam que o preço dos produtos da feira agroecológica também é diferente, sendo justificadamente mais elevado em relação a outros pontos de comercialização.

O estudo de Padua-Gomes, Gomes e Padovan (2015) demonstra que 26% dos produtores orgânicos do Mato Grosso do Sul perceberam que os preços geraram insatisfação, inclusive com maior resistência a pagar valores mais elevados em produtos orgânicos. A questão da competitividade entre produtos convencionais e os orgânicos também foi mencionada por alguns agricultores, pois, o menor preço e a aparência melhorada dos produtos convencionais atraem ainda muitos consumidores.

Para o coordenador da feira, existe uma diferença na comercialização dos produtos da feira agroecológica que é a colheita destes produtos realizada pelo agricultor próximo ao horário de levar para a feira, distinguindo-se dos produtos convencionais, os quais, segundo ele, não são totalmente frescos, pois passam por diversos locais até serem vendidos.

Silvestre, Ribeiro e Freitas (2011) ressaltam que os produtos dos agricultores familiares feirantes se diferenciam em relação a outros locais por, muitas vezes, serem colhidos antes de amanhecer e destinados à comercialização nas feiras, não havendo

percursos longos com armazenamento e transporte, fases que ajudam no acúmulo de perigos, que podem comprometer a qualidade nutricional, física e sensorial dos alimentos.

Ressalta-se, ainda, o diferencial acerca da autonomia do produtor que vende de forma direta na feira agroecológica:

“O próprio agricultor é ele quem vende, né? Que é diferente de quem vem comercializando direto, né? Eu acho que o mais importante é isso, o próprio agricultor descobrir que ele sabe que além de produzir, ele pode ganhar dinheiro também vendendo seus produtos” (Coordenador da feira, 2018).

É importante reconhecer e investir no potencial do produtor que pode prestar serviços até em âmbito comercial, não necessitando da serventia do atravessador e adquirir melhores lucros a partir do trabalho como agricultor e comerciante. De acordo com Silva, Ceconello e Nascimento (2017), a autonomia que os agricultores têm nas propriedades é alongada em virtude da participação em feiras.

Para Santos et al. (2014), ambientes de vendas de produtos agroecológicos podem favorecer o empoderamento político para os diversos participantes. O desenvolvimento da autonomia dos agricultores é oportunizado quando suas ações são expandidas para além da localidade rural que residem e produzem, isto é, quando são apresentadas em espaços de comercialização.

Este empoderamento é refletido no reconhecimento do valor do seu produto, apresentado nas falas dos agricultores quando questionados sobre quais os motivos pelos quais as pessoas se interessam em comprar na feira agroecológica, com destaque para a qualidade satisfatória, a produção local, o bom atendimento e a não utilização de defensivos químicos:

“... É porque esses produtos é o seguinte: é sem veneno, né? Aí o povo hoje tão querendo uma melhora, que tem muita gente doente, aí comprando um troço desse aqui não tem como adoecer mais, né? (...) Bom atendimento...” (Entrevistado L).

“... Eu acredito por dois motivos, né, por ser orgânico e o outro é por ser fresquinho, você tirou da hora, tá verdinho, né, num é como esse da feira que vem de CEASA, esses canto já murchos de alguns dias, cheio de veneno, né? (...)” (Entrevistado J).

Apesar dos vários motivos supracitados, alguns agricultores apontaram que os produtos comercializados e a própria feira agroecológica ainda não obtém uma valorização digna, como está visível nas falas:

“... A gente tem essa dificuldade porque as pessoas não dão valor os produto natural, eles prefere com veneno, do que o natural. Já chegou vez de gente na feira, por minha tomate ser ter um tamanho menor, a coloração diferente, dizer: ‘eu não quero saber de tamanho, nem de cor não, de qualidade não, eu quero saber de quantidade’, eu disse: ‘mas a senhora num sabe uma tomate com veneno o tanto que a senhora ingere de veneno’, e uma tomate natural por ela tá feia, um pouco áspera, as pessoas acha que num é um bom produto” (Entrevistado C).

“ (...) Um produto que não, que a gente não usa a química se a gente vender mais caro um pouco eles acham que... Mas muita vezes o caro é barato (...) Se o povo colocasse isso em mente o mundo seria melhor, a saúde seria melhor, né? Eu acho muito assim principalmente em Cuité, em Cuité o povo creio que não dão muito valor não, que a gente leva pra feirinha e às vezes vende pouco, traz pra trás, aí ‘desincentiva’ a gente, sabe? Desincentiva” (Entrevistado A).

A ascensão do mercado de produtos orgânicos, segundo Dantas et al. (2011), não se dá com amplitude, como acontece com os pequenos e grandes centros urbanos. O grau de conhecimento dos consumidores sobre os produtos orgânicos e a pouca oferta destes produtos no interior têm sido destacados como causas para tal divergência.

Padua-Gomes, Gomes e Padovan (2015) fizeram um levantamento no qual 26% dos produtores elencaram não ser conscientes da importância dos produtos orgânicos. Ademais, os autores explicam que este fato é habitual em pequenos municípios, pois, muitas vezes, os consumidores não reconhecem a diferença do produto orgânico.

Ao pensar possíveis razões para tal desvalorização, remete-se à falta de divulgação da feira e de conhecimento sobre a origem do produto comercializado. O tempo da existência da feira agroecológica, comparada feira livre à tradicional de Cuité também deve ser considerado. Para alguns agricultores, uma medida a ser tomada para ajudar a solucionar seria a divulgação, como pode ser observado na fala a seguir:

“... Tá precisando também de divulgação porque já tá ficando... O pessoal já tá deixando monótono assim uma coisa quase que esquecida. Se conseguisse, por exemplo, um outros órgãos, né, de que trabalha com essa parte de divulgar a feira pra o restante de outras pessoas conhecerem do quão é importante” (Entrevistado D).

A ausência de divulgação quanto a relevância dos produtos orgânicos é o que mais afeta na comercialização, apesar de existirem consumidores aptos em Santa Teresa-ES (LOSS; ROMAGNHA, 2008). O estudo de Santos et al. (2014) revela que os agricultores que comercializam na feira agroecológica de Mossoró relataram que a pouca divulgação da feira, bem como a pouca valorização dada ao consumo saudável na comunidade local dificultam a comercialização. Conforme Padua-Gomes, Gomes e Padovan (2015), os produtores de Mato Grosso do Sul demonstraram anseio por um

maior apoio do governo no tocante a comercialização, através da efetivação da integração entre os agricultores e o poder público.

O coordenador da feira agroecológica de Cuité corrobora ao enfatizar a necessidade do apoio do poder público, que poderia auxiliar por meio de divulgações e, também, comprando os produtos dos próprios agricultores, promovendo a valorização da produção, comercialização e o fortalecimento do sistema alimentar local.

Ele também acrescenta que deveria haver uma parceria com a UFCG, sobretudo o curso de nutrição, que poderia contribuir com a divulgação da feira:

“Você faz nutrição, é? O índice de consumidor de pessoas que faz nutrição, ali, pelo menos na feira, nós temos, eu acredito (...) Os consumidores são pouco, né? Eu acho também que isso... Até tava comentando essa semana: ‘rapaz, nós temos que ir lá na universidade um dia fazer uma panfletagem, uma conversa, pra fazer essa parceria, né?’” (Coordenador da feira, 2018).

É importante que haja um apoio e fomento à divulgação pelos órgãos superiores e uma parceria com a universidade, haja vista as dificuldades que os agricultores enfrentam na produção e comercialização desses alimentos. Segundo Carvalho et al. (2008), a parceria de universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), assistência técnica, órgãos competentes e outros se faz necessária para que as feiras agroecológicas tenham sucesso na comercialização. Por conseguinte, as possibilidades de sustentabilidade e desenvolvimento da feira em longo prazo se elevam de forma considerável.

Portanto, ainda é preciso haver mais divulgação e apoio para fortalecê-la, de forma que dê um incentivo aos agricultores familiares. Além das dificuldades supracitadas, os agricultores enfrentam alguns desafios para chegar até a feira e vender seus produtos, provocando um descontentamento com a falta de um veículo e situação das estradas, como pode ser observado nas falas a seguir:

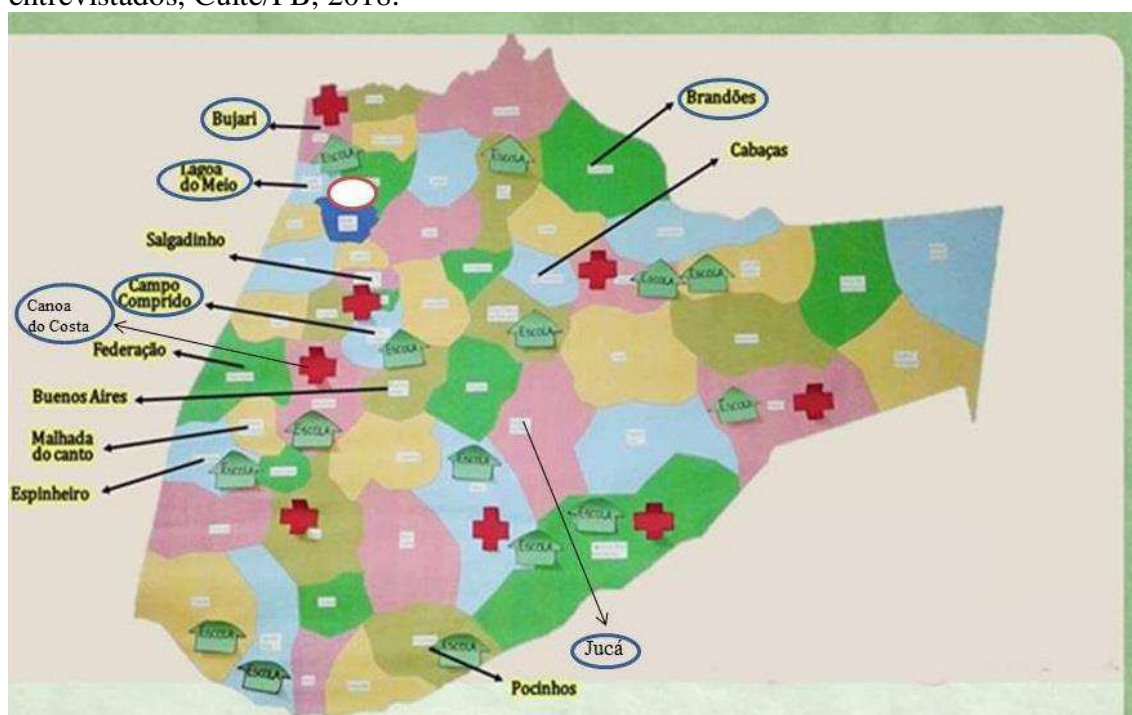
“A dificuldade é em se deslocar do sítio pra cá (feira agroecológica)... os transporte é pouco, o acesso a cidade é ruim, estradas não são boas, estrada é só estrada de barro, esburacada e pra gente chegar até aqui só com as forças divina mesmo, ajuda de Deus e... e grande... e muita coragem, né? Força de vontade e coragem, é a verdade” (Entrevistado F).

“Uma das grandes dificuldades é o transporte, porque no projeto tinha um automóvel, que se ele viesse, ajudaria bastante (...) Numa moto, aí numa moto leva pouco troço, mesmo você tendo o produto... por exemplo, milho, você bota um saco de milho numa moto... carregou, já tá carregado. Aí se você tem o milho e tem a hortaliça, não tem como você levar. Você tem que escolher um ou outro (...) Aí é distante, é 20 km” (Entrevistado A).

No estudo de Padua-Gomes, Gomes e Padovan (2015), 62% dos agricultores familiares do Mato Grosso do Sul ressaltaram que o escoamento da produção orgânica era uma dificuldade na comercialização e 48% destes produtores salientaram alguns motivos, tais como: falta de veículos adequados para transportar a produção, estradas ruins, necessidade de aprimorar os transportes existentes e o complicado acesso do agricultor ao consumidor.

Maior parte dos entrevistados (94,1%) reside na zona rural do município de Cuité e muitos deles não possuem transporte adequado para deslocar os produtos até a feira agroecológica que inicia pela manhã cedo. Dessa forma, a logística de transporte dos produtos até a feira deve ser observada, visto que, as péssimas condições das estradas juntamente com a ausência ou inadequação de transportes mencionados pelos agricultores nas entrevistas podem acabar comprometendo o agricultor, fazendo-o chegar atrasado à feira e ter prejuízos por haver a possibilidade de não vender o suficiente para cobrir os gastos com gasolina e manutenção do transporte que possui. A Figura 3 evidencia as distâncias dos locais que os agricultores moram (estão circulos) até a zona urbana de Cuité (círculo branco).

Figura 3 – Mapa do município de Cuité/PB apontando os endereços dos agricultores entrevistados, Cuité/PB, 2018.



Fonte: Adaptado do Projeto Cuité Rural coordenado por Wagner Macêdo (2014).

Como expresso no mapa, alguns locais se distanciam mais em relação aos outros. O sítio Bujari e Lagoa do Meio são os mais próximos da zona urbana. Campo Comprido e Canoa do Costa estão situados, segundo Ribeiro (2014), em uma zona próxima a BR-104 que dá acesso à cidade, o que possibilita o escoamento dos produtos e acesso aos serviços de forma facilitada.

Presume-se que aqueles que moram mais distantes da cidade podem ter gastos maiores para permanecer comercializando na feira, devido à demanda de mais combustível, tempo e as péssimas condições das estradas. Ribeiro (2014) afirma em seu estudo que a comunidade Jucá e Brandão estão situadas em uma região de difícil acesso a zona urbana em virtude da ausência de estruturação das estradas, condição possível de complicar a venda da produção agrícola.

Além disso, muitas famílias dispõem de motos como veículos, que não suportam todos os produtos em apenas uma viagem, fazendo-se necessário realizar vários deslocamentos até à feira para levar todos os produtos possíveis, como pode ser visto na fala de um agricultor que mora nos Brandão:

“Se você for dar duas viagens, aí gasta meio dia, aí a feira tem que ser de manhazinha, né, você tem que chegar no máximo de 7 horas, que a clientela já tá esperando o povo. Aí você vai dar duas ou três viagens” (Entrevistado A).

Segundo Pereira, Brito e Pereira (2017), um dos principais obstáculos que os agricultores feirantes enfrentam é a falta de transporte gratuito, uma vez que eles precisam fazer deslocamento por conta própria, considerando também o peso dos produtos que são carregados até a feira. O que é reafirmado no relato do Entrevistado B (outro agricultor dos Brandões): *“(...) às ‘vez’ nós vem numa moto, a ‘muié’ vem com peso, né, nas mãos, sofrendo de lá pra cá. Então isso é uma dificuldade muito grande...”*.

Para a superação dos destes desafios, seria de suma importância e favorável para o pequeno agricultor, o investimento no reparo das estradas por parte do poder público municipal ou estadual, bem como no fornecimento de um transporte gratuito, contribuindo para a garantia de um melhor acesso à feira e consolidação das vendas.

De acordo com Padua-Gomes, Gomes e Padovan (2015), 25% dos produtores relataram haver necessidade de algumas melhorias as quais devem ter iniciativas por parte do governo, como a entrega de transporte gratuito para os agricultores poderem vender seus produtos e também a viabilização transportes adequados para cooperativas

e associações arrecadar os produtos dos agricultores e levá-los até os pontos urbanos de comercialização. Soma-se a isso a manutenção das estradas em melhores condições.

Diante do exposto nestes resultados, verifica-se a importância da feira agroecológica como circuito curto de comercialização e as vantagens oportunizadas aos agricultores e consumidores, mas também detectou-se fragilidades dentro desse circuito no município de Cuité em relação a assistência técnica deficiente, falta de valorização e divulgação dos produtos, condições de estradas inapropriadas e ausência de um transporte gratuito cedido por órgãos governamentais para auxiliar no processo de deslocamento dos produtos até a feira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou o alcance dos objetivos definidos através da análise da dinâmica do circuito curto de comercialização (venda direta), que abrange a feira agroecológica, a qual é composta por uma equipe de agricultores familiares do município de Cuité, que, em maioria, produzem nas próprias terras, obtêm água de variadas formas, sobretudo por meio de poços artesianos, apesar de seguirem resistindo a algumas dificuldades supracitadas. A exclusiva presença da família é preponderante na agricultura e os alimentos produzidos, além de serem destinados para várias formas de comercialização, convêm para o autoconsumo da família.

Verificou-se que a maioria dos agricultores produz sem utilizar agrotóxicos, fazendo o uso de defensivos naturais e técnicas estratégicas para banir as pragas. Porém, visualizou-se que uma pequena parcela faz o uso de defensivos químicos e também alguns fazem o uso sementes de origens desconhecidas, contrariando os princípios agroecológicos, não estando totalmente em conformidade com os requisitos da feira, haja vista a possibilidade de semeadura de sementes transgênicas no plantio, as quais nem todos os agricultores têm conhecimento de suas características, reflexo de uma possível deficiência e má distribuição de assistência técnica na associação que participam. Dessa forma, não é possível afirmar que a feira comercializa apenas produtos orgânicos.

Ainda é necessário que haja a consolidação de assistência técnica para todos, no que concerne ao repasso e compartilhamento de saberes sobre alimentos de base agroecológica e a prática de comercialização, para que, enfim, todos os produtos da feira sejam de qualidade e procedência segura e as vendas mais proveitosas.

Apesar disso, percebeu-se que a feira contribui para o aumento da produção (maior parte sem agrotóxicos), renda e sociabilidade entre os atores envolvidos, mesmo havendo pouca valorização do produto comercializado pelos consumidores, necessitando de parcerias e ampla divulgação para fortalecer o circuito. Além disso, o deslocamento das zonas rurais até à cidade foi mencionado como um desafio, em virtude das estradas mal estruturadas e falta de transporte adequado que auxilie no fluxo dos produtos.

Dessa forma, é fundamental o apoio de órgãos governamentais, UFCG e demais entidades no fomento à divulgação e suporte à feira para questões ainda necessitadas, principalmente no que se refere ao deslocamento da unidade produtiva até o ponto da feira. O consumidor assume também um papel de colaborador na feira, visto que, sem ele, o circuito não funciona. Espera-se que a feira agroecológica como circuito curto de comercialização, quando tiver o apoio necessário, propicie o desenvolvimento e valorização da agricultura local, Segurança Alimentar e Nutricional daqueles que produzem, consomem e dispendo de mais autonomia para o pequeno agricultor, sendo possível crescer dentro de suas limitações.

Como recomendações futuras, é importante que haja a replicação de estudos sobre a feira, envolvendo outros aspectos, como o marketing e o impacto causado nos consumidores e análises da produção orgânica com enfoque na viabilidade de certificação para as vendas. Em razão do pequeno número de entrevistados, sugere-se também a expansão da presente pesquisa para abarcar os demais produtores que compõem o sindicato, a fim de determinar os aspectos dos demais tipos de canais de comercialização, comparar e exaltar as diferenças.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. M. Q. F. **Agricultura familiar**: desafios para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.
- ANTUNES, D. A.; MUTERLLE, J. C.; CUNHA, L. A. G. A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar. *JORNADA DO TRABALHO*, 4., 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba: 2011.
- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, 2002.
- BARBOZA, L. G. A.; THOMÉ, H. V.; RATZ, R. J.; MORAES, A. J. Para além do discurso ambientalista: percepções, práticas e perspectivas da agricultura agroecológica. **Revista Ambiência**, v. 8, n. 2, p. 389-401, 2012.
- BEZERRA, I. C.; ISAGUIRRE, K. R. Direito humano à alimentação adequada (DHAA): a discussão da “geografia da fome” à sua proteção jurídica no Brasil. **Revista Pensar**, v. 19, n. 3, p. 675-692, 2014.
- BOLTER, J. A. G.; HAAS, J. M. A configuração do sistema agroalimentar brasileiro a partir das ações do estado. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 09., 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais Eletrônicos**[...] Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017.
- BORGUINI, R. G; TORRES, E. A. F. S. Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 13, n. 2, p. 64-75, 2006.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A Agroecologia como um campo científico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 4 –13, 2013.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e da outra providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 set. 2006.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação**. Brasília: MAPA/ACS, 2008. 24 p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Secretaria de Política Agrícola - SPA : Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Brasília: IICA/ MAPA/SPA, 2007. 108 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 2012.

_____. Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2003.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L.G.S.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

CARVALHO, C.; LOPES, C.; BARREIRO, D.; FERNANDES, I.; ROZA, M. D.; CARVALHO, P. P.; FREIRE, W. S. **Feira agroecológica: Alimentos saudáveis gerando renda e promovendo relações justas e solidárias no mercado**. Ouricuri: CAATINGA, 2008. 44 p.

CARVALHO, S. M. **A feira orgânica: um olhar sobre o acesso na perspectiva da promoção da saúde e da soberania e segurança alimentar e nutricional**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação e Nutrição) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova: revista de cultura e política**, v. 95, p. 143-177, 2015.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Manuad X, 2009. 301 p.

CLAUSTRIAUX, J. J.; PALM R.; LEBAILLY P.; WINANDY S. Circuits courts pour la commercialisation des productions agricoles alimentaires: de quoi s'agit-il?. **Actes du colloque**, p. 1-9, 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Abastecimento e segurança alimentar: o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil**. Brasília, DF: CONAB, 2008.

CONTI, B. M.; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES**, n. 35, p. 131-168, 2011.

DANTAS, S. R. C.; FREITAS, R. C. S.; RIBEIRO, S. R.; ALMEIDA, M. F. Avaliação do conhecimento e aceitabilidade dos produtos orgânicos oferecidos na feira agroecológica de Bananeiras, PB. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 12., 2011, Fortaleza. **Anais eletrônicos [...]**. Fortaleza: Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, 2011. p. 1-5.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013.

DORR, A. C.; ROSSATO, M. V.; ZULIAN, A. **Agronegócio: panorama, perspectivas e influencia do mercado de alimentos certificados**. Curitiba: Appris, 2012. 380 p.

FERREIRA, A. P. L. agricultoras do Pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 244-262, 2016.

GREENPEACE. Três meses de veneno. Brasil: Greenpeace, 2019. Disponível em <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/tres-meses-de-veneno/>>. Acesso em: 08 de abril de 2019.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER S. A “Produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

GUANZIROLI, C. E; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; SILVEIRA, F. G.; ICHIHARA, S. M.; DINIZ, B. P. C.; MOREIRA, G. R. C. PIB da Agricultura Familiar: Brasil – Estados. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasília, 2007.

GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; TURNES, V. A. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 3, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População estimada**: Estimativas da população residente da cidade de Cuité/PB: situação em 1 julho de 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cuite/panorama>. Acesso em: 25 fev. 2019.

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná. **Revista de Organização da UFLA**, v. 1, n.2, p. 43-54. 1999.

KNEAFSEY, M.; VENN, L.; SCHMUTZ, U.; BALÁZS, B.; TRENCHARD, L.; EYDEN-WOOD, T.; BOS, E.; SUTTON, G.; BLACKETT, M. Short food supply chains and local food systems in the EU: a state of play of their socio-economic characteristics. **JRC scientific and policy reports**, n. 25911, 2013.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LOSS, A. T. G.; ROMAGNHA, M. J. F. Benefícios e desafios da agricultura orgânica no município de Santa Teresa, ES: um estudo de caso. **Natureza online**, v. 6, n. 2, p. 79-85, 2008.

MALUF, R. S.; LUZ, L. F. Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania alimentar e nutricional. *In*: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2016, v. 1, p. 214-224.

MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 2, p. 78-87, 2010.

MEDRONHO, R. A.; BLOCH, K. V.; LUIZ, R. R.; WERNECK, G. L. **Epidemiologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009. 676 p

MELO, L. E. L.; CÂNDIDO, G. A. O uso do método IDEA na avaliação de sustentabilidade da agricultura familiar no município de Ceará-Mirim – RN. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 1-19, 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOLINA, C. D.; MOURÃO, A. P. M. Assistência técnica agrônômica para agricultores na região Oeste do Paraná. **Revista Cultivando o Saber**, v. 11, n. 1, p. 45-59, 2018.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NICHOLLS C. I.; ALTIERI, M. A.; SALAZAR, A. H.; LANA, M. A. Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes às mudanças climáticas. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, n. 2, p. 1-36, 2015.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, p. 183–207, 2015.

OLIVEIRA, B. M. L. **A produção de alimentos orgânicos pela rede de pequenas agroindústrias familiares da AGRECO em Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna, SC.**

2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, D.; SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A conquista da autonomia através dos mercados: como pequenos agricultores mudaram sua forma de produzir e comercializar a produção em Ipê (RS). **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, n. 28, p. 249-282, 2010.

OLIVEIRA, V. C.; COSTA, R. V. S.; SANTOS, L. A.; SANTOS, S. A. Comercialização de produtos agroecológicos: relato de experiência da feira agroecológica da cidade de Lagoa Seca, PB. . In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8., 2013, Porto Alegre-RS. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre-RS; Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, 2013. p. 1-5.

OOSTERVEER, P.; SONNENFELD, D. A. **Food, Globalization and Sustainability**. London: Routledge, 2012. 296 p.

ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R. L.; FAVERET FILHO, P. S. C.; ROCHA, L. T. M. Agricultura Orgânica: quando o passado é futuro. BNDES Setorial: Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

PADUA-GOMES, J. B; GOMES, E. P; PADOVAN, M. P. Desafios da comercialização de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no estado de mato grosso do sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 1, p. 132-156, 2015.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A. Sementes da Paixão: agroecologia e resgate da tradição. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 517-528, 2015.

PERES, F. Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1995-2004, 2009.

PEREIRA, A. B. A. S. **Agricultura familiar camponesa e cultura alimentar**: hábitos e práticas alimentares das famílias rurais da Linha Simonetti - Ivorá/RS. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

PEREIRA, V. G.; BRITO, T. P.; PEREIRA, S. B. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. p. 67-78, 2, 2017.

RETIÈRE, M. I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização**: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

POZZEBON, L.; RAMBO, A. G.; GAZOLLA, M. as cadeias curtas das feiras coloniais e agroecológicas: autoconsumo e segurança alimentar e nutricional. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 405--441, 2017.

RIBEIRO, L. H. G. **Insegurança alimentar e nutricional: análise de famílias residentes em regiões rurais do município de Cuité-PB**. 2014. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2014.

RICCA, J. L. SEBRAE: o jovem empreendedor. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 69-75, 2004.

SÁ, M. A.; GONÇALVES, E. B.; SOUZA, V. A. B. D.; LAPOLLI, É. M. Produtores orgânicos e a sustentabilidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 9, n. 2, p. 84-97, 2014.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SANTOS, A. R.; VIEIRA, N. S.; FERREIRA, P. R.; CASTRO, T. T. S. Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos resultados do programa de aquisição de alimentos (PAA doação simultânea) nos estudos da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 9-24, 2012.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. [Para um novo senso comum. A ciência, direto e a política na transição paradigmática]**. 2. ed. Porto Alegre: Afrontamento, 2000. 374 p.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos para a produção não capitalista**. 2. ed. Porto Alegre: Afrontamento, 2003. 438 p.

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T. D.; MAIA, Z. M. G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.

SANTOS, J. O.; SANTOS, R. M. S.; FERNANDES, A. A.; SOUTO, J. S.; BORGES, M. D. G. B.; FERREIRA, R. T. F. V.; SALGADO, A. B. Os sistemas alternativos de produção de base agroecológica. **Agropecuária científica no semiárido**, v. 9, n. 1, p. 1-8, 2013.

SANTOS, J. O.; SANTOS, R. M. S.; BORGES, M. G. B.; FERREIRA, R. T. F. V.; SALGADO, A. B.; SEGUNDO, O. A. S. A evolução da agricultura orgânica. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 35-41, 2012.

SCARABELOT, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, p. 101-130, 2012.

SCHMITT, C.; TYGEL, D. Agroecologia e economia solidária: trajetórias, confluências e desafios. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168 p.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. Cadeias Curtas, Cooperação e Produtos de Qualidade na Agricultura Familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, p. 56-71, 2015.

SCHUTTER, O. The right of everyone to enjoy the benefits of scientific progress and the right to food: from conflict to complementarity. **Human Rights Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 304-350, 2011.

SEVILLA GUZMÁN. E.; SOLER, M.; GALLAR, D.; VARA, I.; CALLE, A. Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía. **Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces**, p. 1- 165, nov. 2012

SILVA, J. S. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar?**. 2015. 119f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SILVA, M. G.; SILVA, S. P. Para Além do Acesso: uma análise entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. **Mercado de Trabalho**, v. 49, p. 87-93, 2011.

SILVA, M. N.; CECCONELLO, S. T.; NASCIMENTO, S. G. A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista ESPACIOS**, v. 8, n. 47, 2017.

SILVESTRE, L. H. A.; RIBEIRO, A. E. M.; FREITAS, C. S. Subsídios para a construção de um programa público de apoio à feira livre no Vale do São Francisco, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 2, p. 187-200, 2011.

SOUZA, J. R. M. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB: Sítios Oití, Santo Antônio, Alvinho e Floriano** 2011. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

SPOSITO, E. C; ABREU, L. S. Diversidade da produção familiar e da comercialização de produtos orgânicos de Vitória (ES). **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 3, p. 292-315, 2017.

TRINDADE, C. C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 15., 2006, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus, 2006. p. 15-18.

TUBALDINI, M. A. S.; AMARAL, C.; SILVA, L.; GONTIJO, B. Sistemas Agroecológicos na Agricultura Familiar e suas Influência no Passivo Florestal nas Micro Regiões de Alvorada do Oeste, Ariquemes e Ji-Paraná em Rondônia. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009, **Anais eletrônicos** [...], 2009. p. 1-23.

VALENT, J. Z.; TISOTT, S. T.; SCHMIDT, V.; VALENT, V. D. Qualidade de produtos orgânicos: a percepção dos produtores de hortaliças de uma feira ecológica em Porto Alegre-RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 3, p. 1072-1082, 2014.

VÁSQUEZ, S. F.; BARROS, J. D. S.; SILVA, M. F. P. Agricultura orgânica: caracterização do seu produtor na cidade de Cajazeiras-PB. **Revista Verde**, v. 3, n. 2, p. 87-97, 2008.

VIEIRA, E. T. V.; OLIVEIRA GUILHERME, D.; ITAVO, L. C. V.; TASHIMA, L. D. C Agricultura orgânica: solução para o século XXI? **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 185-202, 2016.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário elaborado para a entrevista com os agricultores da feira agroecológica.

Pesquisa: “PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB” – Núcleo Penso/UFCG

Entrevistador: _____ N° Questionário: _____

Data da Entrevista: ____/____/____

MÓDULO 1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1 Idade: _____

1.2 Endereço: _____

1.3 Sexo: 1.() Masculino 2.() Feminino

1.4 Raça: 1.() Branco 2.() Amarelo 3.() Negro 4.() Pardo 5.() Indígena 99.() NR/NS

1.5 Estado Civil: 1.() Solteiro 2.() Casado 3.() Relação Estável 4.() Viúvo(a) 5.() Separado 99.() NR/NS

6.() Outro (especifique): _____

MÓDULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMERCIALIZADA

2.1 - O terreno utilizado para a produção de alimentos é de sua propriedade?

1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

Se não, qual a forma de negociação da propriedade?

1.() Arrendatário 2.() Contrato de parceria 3.() 2/3 4.() Meeiro 5.() Cedido 99.() NS/NR

2.2 – Como é o acesso à água para produção nesta propriedade?

1.() Poço Artesiano

2.() Cisterna

3.() Cisterna

Calçadão 4.()

Barragem

5.() Outro. Qual? _____

99.() NR/NS

2.3 – Há participação de trabalhadores contratados na produção? 1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

Se sim, responda:

2.3.1 Quantos? _____

2.3.2 Qual a forma de pagamento? 1.() Diário 2.() Semanal 3.() Quinzenal 99.() NS/NR

2.3.3 Qual o valor deste pagamento (individual)? _____

2.4 – A agricultura familiar é a única fonte de renda da família? 1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

Se não, quais as outras fontes de renda? _____

2.5 – O que você produz (MÊS)?

ALIMENTO	QUANTIDADE/MÊS

2.6 – Os alimentos produzidos são exclusivos para comercialização?

1.() Sim 2.() Não 3.() NR/NS

Se não, qual o outro destino dos produtos?

2.7 – Houve aumento na produção para comercialização nesta feira?

1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

2.8 – Existe outro local em que você comercializa seus produtos?

1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

*Se a resposta for não, pule para pergunta 2.10.***2.9 – Em que locais você costuma comercializar seus produtos além desse?**

1.() Feira Livre

2.() Na própria casa ou propriedade

3.() Atravessador

4.() Governo municipal, estadual ou federal Especifique: _____

5.() Outra forma de venda Especifique: _____

99.() NS/NR

2.10 – Recebe/recebeu apoio técnico (orientação/material) para a produção?

1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

Se sim, de quem recebe apoio técnico? (pode marcar mais de um e deve especificar qual o apoio)

1.() Associação Especifique: _____

2.() Cooperativa Especifique: _____

3.() Prefeitura Especifique: _____

4.() EMATER Especifique: _____

5.() Outro Especifique: _____

99.() NR/NS

2.11 – Quais são as suas principais dificuldades para produzir?

1.() Nenhuma

2.() Acesso a água

3.() Terras fracas ou degradadas

4.() Falta de Assistência Técnica

5.() Recurso/acesso ao crédito

6. Outro – Especifique: _____

99.() NR/NS

2.12 – Apesar das dificuldades, o Sr. (a) consegue produzir o ano inteiro? 1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS*Se a resposta for sim, pular para a pergunta 2.14***2.13 – Se não, quais os motivos da NÃO produção?**

1.() Falta de adubo

2.() Falta de semente

3.() Período de chuva/seca

4.() Sazonalidade/entressafra

99.() NR/NS

6. Outro – Especifique: _____

2.14 – O Sr. (a) já ouviu falar em alimentos orgânicos? O que você entende por orgânicos?

2.15 – Nesta feira específica, você comercializa esse tipo de alimento (ORGÂNICO)?

1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

2.16 – Existe a utilização de algum tipo de defensivo agrícola na produção dos alimentos?

1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

Se sim, qual(is)? _____*Se não, como faz o controle de pragas?* _____**2.17 – Como ocorre a posse das sementes utilizadas para a produção dos alimentos?**

- 1.() Através de compra
 2.() Dos próprios alimentos produzidos
 3.() De órgãos públicos
 4.() Doações
 5.() Outras (especifique) _____
 99.() NR/NS

2.18 – Você sabe de onde vem as sementes que você usa? 1.() Sim 2.() Não 99.()NR/NS

Se sim, de onde? _____

2.19 – Você sabe dizer o que é uma semente transgênica? 1.() Sim 2.() Não 99.()NR/NS

2.20 - O que você entende por transgênico? _____

MÓDULO 3 – POTENCIALIDADES E DIFICULDADES DO MODELO DE CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO

3.1 – Em sua opinião, por que as pessoas compram os produtos da agricultura familiar?

- 1.() Qualidade
 2.() Preço
 3.() Valorização do produto rural
 4.() Interesse pela questão ambiental
 5.() Busca por produtos naturais
 6.() Outros. Quais? _____
 99.() NR/NS

3.2 – Quais são as VANTAGENS de fazer parte da feira específica?

3.3 – Quais são as DESVANTAGENS de fazer parte da feira específica?

3.4 – O que o Sr. PERCEBE de diferente entre esta forma de comercialização (feira agroecológica) e as outras?

3.5 – Quais são os DESAFIOS para manter e fortalecer esse tipo de venda de comercialização?

MÓDULO 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

4.1 – O Sr. (a) participa/participou dos programas do governo? 1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

4.2 – Quais?

PROGRAMA	PARTICIPA/PARTICIPOU?	COMO AVALIA?
PRONAF	1.() Sim 2.() Não 99.()NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.()NR/NS Por quê?
CISTERNAS	1.() Sim 2.() Não 99.()NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.()NR/NS Por quê?
DISTRIBUIÇÃO SEMENTES	1.() Sim 2.() Não 99.()NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.()NR/NS Por quê?
PAA	1.() Sim 2.() Não 99.()NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.()NR/NS Por quê?
PNAE	1.() Sim 2.() Não 99.()NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.()NR/NS Por quê?

MÓDULO 5 – PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

5.1 – Como ficou sabendo da existência desse programa?

PRONAF 0. () NA	1.() Sindicato dos agricultores 2.() Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS
Sementes 0. () NA	1.() Sindicato dos agricultores 2.() Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS
Cisternas 0. () NA	1.() Sindicato dos agricultores 2.() Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS
PAA 0. () NA	1.() Sindicato dos agricultores 2.() Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS
PNAE 0. () NA	1.() Sindicato dos agricultores 2.() Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS

5.2 - Como foi para o Sr.(a) CONSEGUIR AS INFORMAÇÕES necessárias para participar do _____ (como participar, documentos necessários, etc)?

PRONAF 0.() NA	1.() Muito Difícil Se difícil, por quê?	2.() Difícil	3.() Fácil	4.() Muito Fácil	99.() NR/NS
Sementes 0.() NA	1.() Muito Difícil Se difícil, por quê?	2.() Difícil	3.() Fácil	4.() Muito Fácil	99.() NR/NS
Cisternas 0.() NA	1.() Muito Difícil Se difícil, por quê?	2.() Difícil	3.() Fácil	4.() Muito Fácil	99.() NR/NS
PAA 0.() NA	1.() Muito Difícil Se difícil, por quê?	2.() Difícil	3.() Fácil	4.() Muito Fácil	99.() NR/NS
PNAE 0.() NA	1.() Muito Difícil Se difícil, por quê?	2.() Difícil	3.() Fácil	4.() Muito Fácil	99.() NR/NS

5.3 – Houve AUMENTO NA PRODUÇÃO depois que o Sr. (a) começou a participar do programa _____ ?

PRONAF	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS
Sementes	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS
Cisternas	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS
PAA	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS
PNAE	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS

5.4 – Houve aumento da DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO depois da participação no programa _____ ?

PRONAF	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS	Se sim, quais?
Sementes	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS	Se sim, quais?
Cisternas	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS	Se sim, quais?
PAA	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS	Se sim, quais?
PNAE	0. () NA	1.() Sim	2.() Não	99.() NR/NS	Se sim, quais?

5.5 - Após inserção no _____ como ficou a FREQUÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA para produção?

PRONAF 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS
Sementes 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS
Cisternas 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS
PAA 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS

PNAE 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS
-------------------------	--

MÓDULO 6 – PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

Este módulo só é respondido pelos agricultores que afirmaram participar dos programas: PRONAF, DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E CISTERNAS

6.1 - Com a participação no _____, como o Sr(a) AVALIA A SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO?

PRONAF 0. () NA	Sementes 0. () NA	Cisternas 0. () NA
1.() Não melhorou nada 2.() Melhorou pouco 3.() Melhorou muito 4.() Teve excelente melhora 5.() NR/NS	1.() Não melhorou nada 2.() Melhorou pouco 3.() Melhorou muito 4.() Teve excelente melhora 5.() NR/NS	1.() Não melhorou nada 2.() Melhorou pouco 3.() Melhorou muito 4.() Teve excelente melhora 5.() NR/NS
Se melhorou, especifique em quê:	Se melhorou, especifique em quê:	Se melhorou, especifique em quê:

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Perguntar APENAS para os agricultores que participaram do PRONAF

6.2 – Houve dificuldades para solicitação do financiamento do PRONAF?

- 1.() Nenhuma dificuldade
2.() Não saber como acessar
3.() Burocracia
4.() Falta de assistência técnica para elaboração do projeto
6.() Outro: _____
99.() NR/NS

6.3 - Para que foi solicitado o financiamento do PRONAF?

- 1.() Custeio
2.() Investimento
3.() Custeio e investimento
4.() Outros – Especifique: _____
99.() NR/NS

PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS

Perguntar APENAS para os agricultores que participaram do PROGRAMA CISTERNAS

6.4 – Houve dificuldades para a aquisição da cisterna do programa?

- 1.() Nenhuma dificuldade
2.() Não saber como acessar
3.() Burocracia
4.() Outro: _____
99.() NR/NS

6.5 – O acesso a esse programa permitiu a produção de alimentos em períodos de estiagem?

- 1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

PROGRAMA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

Perguntar APENAS para os agricultores que participaram do DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES

6.6 – Houve dificuldades para a aquisição das sementes do programa?

- 1.() Nenhuma dificuldade
2.() Não sabe como acessar
3.() Burocracia

4.() Outro: _____
 99.() NR/NS

6.7 – As sementes adquiridas pelos órgãos públicos são suficientes para uma produção diversificada?

1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

MÓDULO 7 – PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

7.1. Participa atualmente do _____?	7.2. Qual a FORMA DE PARTICIPAÇÃO?	7.2. Quais os PRODUTOS COMERCIALIZADOS?	7.3. Periodicidade de entrega:
PAA 99.() NA 1.() Sim 2.() Não	1.() Individual 2.() Grupo Informal 3.() Associação/Cooperativa 99.() NS/NR	Produtos comercializados: _____ _____ _____ _____	1.() Semanalmente 2.() Mais de 1x por semana 3.() Quinzenalmente 4.() Mensalmente 99.() NS/NR
PNAE 99.() NA 1.() Sim 2.() Não	1.() Individual 2.() Grupo Informal 3.() Associação/Cooperativa 99.() NS/NR	Produtos comercializados: _____ _____ _____ _____	1.() Semanalmente 2.() Mais de 1x por semana 3.() Quinzenalmente 4.() Mensalmente 99.() NS/NR

7.4 – Qual o MOTIVO que levou o Sr.(a) a participar deste(s) programa(s)?

1.() Recomendação
 2.() Preço pago pelo produto
 3.() Facilidade na comercialização
 4.() Complementação de renda
 5.() Outros. Quais? _____
 99.() NS/NR

7.5 – Após a inserção neste(s) programa(s), o que ocorreu com a COMERCIALIZAÇÃO EM OUTROS LUGARES?

1.() Diminuiu muito
 2.() Diminuiu
 3.() Não mudou
 4.() Aumentou
 5.() Aumentou muito
 99.() NS/NR

7.6. O PREÇO PAGO PELO SEU PRODUTO neste programa comparado a outros lugares é:	7.7. A partir da participação no programa você acredita que a QUALIDADE do seu produto:	7.8. O Sr.(a) teve algum problema para ALCANÇAR OS CRITÉRIOS DE QUALIDADE do _____?
PAA 0.() NA 1.() Muito menor 2.() Menor 3.() Mesma coisa 4.() Maior 5.() Muito maior 99.() NS/NR	1.() Melhorou muito 2.() Melhorou 3.() Continuou a mesma coisa 4.() Piorou 5.() Piorou muito 99.() NS/NR	1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS Se sim, quais? _____ _____
PNAE 0.() NA 1.() Muito menor 2.() Menor 3.() Mesma coisa 4.() Maior 5.() Muito maior 99.() NS/NR	1.() Melhorou muito 2.() Melhorou 3.() Continuou a mesma coisa 4.() Piorou 5.() Piorou muito 99.() NS/NR	1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS Se sim, quais? _____ _____

7.9 – Após este(s) programa(s), o AUTOCONSUMO (consumo daquilo que se produz) desses alimentos na sua família:

1. () Diminuiu muito
2. () Diminuiu
3. () Não mudou
4. () Aumentou
5. () Aumentou muito
6. () NR/NS

7.10 – Com a participação neste(s) programa(s), houve AUMENTO NA RENDA FAMILIAR?

1. () Sim
2. () Não
99. () NR/NS

7.11 – Quais as VANTAGENS e DESVANTAGENS do PAA?

7.12 – Quais as VANTAGENS e DESVANTAGENS do PNAE?

APÊNDICE B – Questionário elaborado para a entrevista com o Coordenador da feira agroecológica.

Pesquisa: “PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB” – Núcleo Penso/UFCG

Nome do entrevistador _____ Data da Entrevista _____

1. Identificação do entrevistado

- a. Nome:
- b. Escolaridade:
- c. Qual período que exerce/exerceu a função de presidente do sindicato:
- d. Exerce a função de coordenador da feira? Se sim, como ocorreu essa escolha?

2. História e funcionamento da feira:

- a. O Sr pode falar sobre a **CRIAÇÃO** do feira?
- b. O que **MOTIVOU** a criação da feira e como se organizaram para **TRAZÊ-LA** para o município de Cuité?
- c. Quais **ATORES** estavam envolvidos?
- d. E quais as dificuldades enfrentadas neste processo de criação?
- e. Como foram selecionados os participantes? Quantos?
- f. Existe algum documento com as regras de participação de cada produtor (regimento e/ou termo de compromisso)?
- g. RECONSTRUIR LISTA.**
- h. Em caso de desistência ou pouca participação do produtor na feira, há alguma substituição? E como isso ocorre?
- i. Como foi a escolha do dia e local da feira?
- j. Onde são guardadas as barracas?

3. Dificuldades e potencialidades:

- a. Enquanto coordenador, quais as **DIFICULDADES** que o Sr destaca para a manutenção?
- b. Quais as **POTENCIALIDADES** que o Sr. destaca sobre essa feira?
- c. O que o Sr. **PERCEBE** de diferente entre esta forma de comercialização (feira agroecológica) e as outras?
- d. Atualmente quais os **DESAFIOS** que a feira enfrenta? (internos: relação entre os agricultores/externos: relação entre prefeitura, associação e comunidade).
- e. (Em caso de dificuldade) O Sr poderia sugerir alguma **ATITUDE** que possa **SUPERAR** estas dificuldades?
- f. Qual a sua percepção sobre a **IMPORTÂNCIA DA FEIRA** para o município?

4. Produtos comercializados

- a. Os produtos comercializados na feira são **PRODUZIDOS POR QUEM VENDE?**
- b. O Sr. acha que a feira tem apresentado **QUANTIDADE SUFICIENTE** de produtos para atender aos consumidores que a procuram?
- c. Quanto a **VARIEDADE**, o Sr. acha que é suficiente?
- d. Você **CONSIDERA** esta uma feira agroecológica?

Obs: Tem mais alguma coisa que o Sr. considera importante que queira falar voluntariamente, além das minhas perguntas?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizado com os agricultores.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE

Prezado participante,

Solicitamos a você uma autorização para a participação da pesquisa: **“PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB”** que está sendo desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Nutrição e Saúde Coletiva (NÚCLEO PENSO), do curso de Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Prof. (a) Ms. (a): Ana Beatriz Macedo Venâncio dos Santos.

A pesquisa propõe analisar a dinâmica de produção dos produtos oriundos da agricultura familiar e comercialização destes na feira agroecológica da cidade de Cuité/PB a fim de descrever como transcorre o circuito curto de comercialização nesta feira, assim como a procedência dos produtos que estão sendo comercializados e as potencialidades e dificuldades que o produtor pode encontrar no modelo de circuito curto. Além disso, a pesquisa visa identificar se há a inserção dos produtores em programas governamentais que viabiliza a segurança alimentar e nutricional.

A participação na pesquisa é voluntária, ou seja, não é obrigatório, o que significa que você poderá decidir se pretende ou não participar. Caso opte por não consentir ou então desistir a qualquer momento da pesquisa, você não será penalizado, nem terá prejuízos de nenhuma maneira. A participação não acarreta em nenhum custo ao Sr., sendo os custos de total responsabilidade da coordenadora da pesquisa. No entanto, a sua participação tem grande importância para a execução da pesquisa. Caso decida participar, vão ser realizadas entrevistas semi estruturadas, mediante o auxílio de um questionário além de gravações de áudios. Só haverá a gravação se houver o consentimento do entrevistado(a). A privacidade e confidencialidade das informações prestadas serão asseguradas e seu nome não será identificado em momento nenhum.

Para diminuir as chances de haver constrangimentos, o entrevistado estará em um ambiente no qual ele sinta-se seguro para responder os questionamentos da pesquisa. Em arquivos digitais as entrevistas transcritas serão armazenadas e estarão acessíveis apenas para a equipe de pesquisadores.

Essa pesquisa cumpre as exigências contidas nos itens IV. 3 e IV. 4 da Resolução nº466/12 – CONEP, visto que envolve seres humanos. Fotos do momento da entrevista e/ou informações comprometedoras que fujam do propósito da pesquisa não serão propagadas na divulgação dos resultados em eventos científicos.

O documento foi redigido em duas vias, você ficará com uma via deste Termo e a outra com a pesquisadora. Toda e qualquer dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa e da sua participação, poderá perguntar diretamente para a Prof. (a) Ms. (a): Ana Beatriz Macedo Venâncio dos Santos. Endereço: Olho D'Água da Bica s/n - Cuité-PB, CEP: 58175-000, Telefones: (83) 9 9651-4354 ou pelo email: biabeatrizvenancio@gmail.com.

É possível, também, contatar o Comitê de Ética em Pesquisa onde foi apreciada a pesquisa, através do endereço: CEP/ HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: Circuito curto de comercialização: a experiência da feira agroecológica da cidade de Cuité/PB, autorizo a gravação de voz e divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas.

Cuité (PB), ____/____/____

Participante da pesquisa

Nome: _____

Assinatura: _____



Impressão
datiloscópica do
participante

Pesquisador responsável

Nome: _____

Assinatura: _____